PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC – COGEAE/SP
JULIANA APARECIDA GONÇALVES BERNARDO

AMICUS CURIAE

SÃO PAULO
2016

JULIANA APARECIDA GONÇALVES BERNARDO

AMICUS CURIAE

Monografia final apresentada como requisito para obtenção da Especialização em Direito Processual Civil da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

Orientador: Dr. José Alexandre Manzano Oliani

SÃO PAULO

2016

AMICUS CURIAE

por

Juliana Aparecida Gonçalves Bernardo

Dissertação aprovada como requisito para obtenção da Especialização em Direito Processual Civil da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

ORIENTADOR:

Professor(a)

Professor(a)

Professor(a)

São Paulo, _____ de _____ de 2016

Se, a princípio, a ideia não é absurda, então não há esperança para ela.

Albert Einstein

Por todo o aprendizado acadêmico, agradeço aos professores de Direito que me auxiliaram a chegar até aqui. Por toda a paciência e incentivo agradeço ao Jonatan que me ajudou a manter a esperança e a encarar todos os desafios. Por todos os ensinamentos de vida, agradeço com imensa gratidão à Olga por ser a minha fortaleza enquanto eu sonhava.

RESUMO

O projeto em questão irá trazer ao debate o surgimento do instituto *amicus curiae* e sua relevância no mundo jurídico. Serão abordadas as divergências jurisdicionais acerca da adequação formal do ente e sua efetiva relevância na sociedade. No presente trabalho será demonstrada a forma de atuação do *amicus curiae*, as oportunidades em que sua participação nos processos judiciais foi fundamental para o deslinde da demanda e especificidades deste instituto. Merece destaque ainda a positivação do *amicus curiae* no Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/16), esta, embora necessária, revestida de novos debates e discordantes opiniões doutrinárias. Conclui-se, portanto, que o *amicus curiae* seria agente dotado de representatividade, o que possibilitaria a participação efetiva da sociedade civil nas decisões, sendo, portanto, um eficaz instrumento de aperfeiçoamento das decisões judiciais.

Palavras-chave: *Amicus Curiae*, Intervenção, Terceiro, Interesse Institucional, Novo Código de Processo Civil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
01. A ORIGEM DO <i>AMICUS CURIAE</i>	10
01.01. NASCIMENTO NO DIREITO ESTRANGEIRO	10
01.01.01. <i>Origem romana</i>	10
01.01.02. <i>Origem inglesa</i>	12
01.01.03. <i>Origem americana</i>	13
a) <i>Funcionamento da Corte Constitucional Americana</i>	15
b) <i>Surgimento formal na jurisprudência americana do “friend of court”</i>	17
01.02. O <i>AMICUS CURIAE</i> NO DIREITO BRASILEIRO	19
01.02.01. <i>Surgimento do instituto na jurisprudência brasileira</i>	27
02. NATUREZA JURIDICA: ASSISTENTE, TERCEIRO OU ENTE ENIGMÁTICO?	30
03. ASPECTOS FORMAIS E REQUISITOS LEGAIS PARA INGRESSO E PARTICIPAÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO PROCESSO CIVIL	37
03.01. INTERESSE JURÍDICO E LEGITIMIDADE	37
03.02. FORMA PROCESSUAL PARA ATUAÇÃO DO ENTE	39
03.02.01. <i>A participação do amicus curiae no Juizado Especial Cível</i>	44
03.03. DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES QUE INDEFEREM O INGRESSO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	45
04. O <i>AMICUS CURIAE</i> E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	54
05. CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada busca compreender o momento e o lugar da possibilidade de invocação dessa figura, objeto de tanta divergência doutrinária e jurisprudencial: o *amicus curiae*.

A interpretação mais apropriada para este ente é definida por Paulo Ronai ao mencionar que a expressão latina significa “*amigo da cúria, isto é, da justiça*”. *É o perito designado por um juiz para aconselhá-lo*¹

Embora seja uma interpretação simples, o instituto *amicus curiae* longe está de ser encarado de forma simplória ou objetiva, considerando de início que sua denominação como sendo “amigo da justiça” abre um leque extenso de possibilidades. Seria amigo da justiça imparcial, amigo da lei de forma objetiva, ou amigo do juiz natural? Seria o *amicus curiae* todos estes ou nenhum dos mencionados?

Diversas dúvidas pairam acerca da natureza do *amicus curiae*, não sem razão, pois embora alguns juristas entendam que não é novidade no direito a utilização deste instituto, mesmo havendo divergência quanto à data correta de seu surgimento, é certo que o *amicus curiae* ganhou notoriedade, de fato, neste momento, após a positivação do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/16)².

Não bastando a morosidade com que se buscou legitimar a figura deste ente, com a positivação ainda permanecem os debates se esta foi de fato resolutive para entendimento definitivo de qual o seu papel no processo e perante à sociedade

¹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2012. Ref. 3 Paulo Rónai, não perca seu latim – p. 25.

² BRASIL. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o Novo Código de Processo Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm - acessado em 12/05/16.

civil, qual o momento processual e suas restrições, questões estas verdadeiramente não pacificadas entre a doutrina.

No capítulo 01 será discorrida a questão da origem do *amicus curiae*, tendo em vista que existe divergência entre alguns autores sobre o surgimento exato desta figura. Há entendimento de alguns doutrinadores de que o *amicus curiae* surgiu em Roma. Ocorre que o Direito Romano não utilizava a expressão *amicus curiae* para designar os membros do *consilium*, portanto, alguns doutrinadores descartam que sua origem tenha se dado em Roma, gerando posicionamentos diversos. Outra hipótese para o surgimento do *amicus curiae* é na Inglaterra, ou seja, no *sistema common law* inglês.

Ademais, no direito internacional, houve ainda a constatação da existência do *amicus curiae* nos Estados Unidos, ocorrida em 1812, com a função deste de prestar informações em matérias jurídicas e de conhecimentos diversos com o intuito de colaborar com o juiz para que fosse proferida decisão o mais justa possível. Será discorrido nesse capítulo ainda o funcionamento da Corte Americana para que seja possível entender o porquê da existência do *amicus curiae* no sistema jurídico americano.

Ao final, será exposto o surgimento do instituto no Direito Brasileiro, que ainda está revestido de muito debate entre os doutrinadores e a primeira aparição na jurisprudência nacional.

No capítulo 02 será trazido ao debate a natureza jurídica do *amicus curiae*. Antes da positivação deste instituto no Código de Processo Civil de 2015, há quem tenha defendido o ponto de vista de que o *amicus curiae* era uma espécie de assistente processual. Outros doutrinadores afirmaram ainda ser este um terceiro, ou então, uma terceira vertente sustenta que este seria um ente enigmático. De um lado, Fredie Didier Jr. discorda que o *amicus curiae* seja terceiro, tendo em vista sua atuação no processo. Já para Antônio Passo Cabral o *amicus curiae* pode ser considerado como um tipo de interventor. Cassio Scarpinella Bueno encabeçava a corrente de que o

amicus curiae seria um terceiro interveniente enigmático, portanto, uma terceira interpretação para a figura do ente.

Os aspectos formais e requisitos legais para ingresso e participação do *amicus curiae* no processo serão discorridos no capítulo 03 deste projeto, onde serão esclarecidas as questões acerca do interesse jurídico e legitimidade do *amicus curiae*, a forma processual para atuação do ente, desde a atuação no Supremo Tribunal Federal até nos Juizados Especiais Cíveis, finalizando com o acalorado debate sobre a controvérsia que paira sobre a existência ou não da recorribilidade das decisões que indeferem o ingresso do *amicus curiae* no processo.

No último capítulo será tratada a questão do *amicus curiae* e o controle de constitucionalidade nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Ações Declaratórias de Constitucionalidade e das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental.

A relevância da participação do ente no processo judicial está na premissa de que o *amicus curiae* seria certo agente dotado de representatividade, o que possibilitaria a participação efetiva da sociedade civil nas decisões. Verdadeiramente, o amigo da corte é um instrumento de aperfeiçoamento das decisões judiciais, mesmo que contenha em seu bojo alguns debates acirrados sobre sua participação efetiva, conforme se verá a seguir.

01. A ORIGEM DO *AMICUS CURIAE*

01.01. NASCIMENTO NO DIREITO ESTRANGEIRO

O surgimento da figura do *amicus curiae* não encontra pacificação na doutrina jurídica, nem historicamente, considerando a falta de objetividade quanto aos adjetivos característicos do que seria este ente.

Inicialmente, cumpre esclarecer a origem do nome *amicus curiae* deriva do latim, que significa “amigo da corte”. Portanto, genericamente entende-se que é o sujeito que colabora com o processo, prestando informações sobre determinado assunto de relevância que lhe seja de comum conhecimento.

Quanto à origem de fato, da existência deste “sujeito auxiliar” do processo, do juízo e das partes, há controvérsia, pois, o instituto e o ingresso do *amicus curiae* ficou definitivamente conhecido na Corte Americana, não sendo, no entanto, o primeiro local os Estados Unidos o seu nascedouro.

01.01.01. Origem romana

Há sustentação histórica de que o *amicus curiae* surgiu em Roma e este apoiava-se na figura dos membros do *consilium* do Direito Romano.

O jurista brasileiro José Carlos Moreira Alves narra em uma de suas obras que no período da República de Roma os magistrados judiciários e os juízes

populares tinham assessores que eram recrutados entre os estudiosos do Direito para opinarem sobre determinado litígio compondo o *consilium*.³

O *consilium* era um órgão colegiado com funções consultivas nas mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas, política, economia, religião, etc. do qual o juiz podia utilizar-se para complementar o seu conhecimento.

Os membros deste *consilium* (conselho) eram recrutados pelos magistrados judiciais para proferirem sua opinião sobre determinado assunto. Tais assistentes não exerciam papel secundário na formação das decisões, tendo em vista que se mostravam dispostos a recomendar posições sobre determinada questão de direito tanto aos particulares como ao júízo.⁴

A base para suas decisões era fundada no mero livre convencimento do ente, sem levar em consideração qualquer interesse das partes da ação ou tendenciosidade do juiz julgador da demanda. Suas decisões eram apoiadas nos princípios basilares do Direito.

No entanto, se por um lado tinham a ausência de ligação aos interesses das partes do processo, não possuíam a faculdade de ingressarem espontaneamente no processo.

Verifica-se, evidentemente, que no Direito Romano não utilizavam a expressão *amicus curiae* para designar os membros do *consilium*, portanto, alguns juristas descartam que sua origem seria romana, enquanto outros optam pelo entendimento abrangente do nascimento da figura da ideia do instituto em si, aceitando, portanto, o surgimento do amigo da corte naquela época.

³ MOREIRA ALVES, José Carlos. Direito Romano. Rio de Janeiro: Forense. 16. ed., 2014.

⁴ BISCH, Isabel da Cunha. *O Amicus Curiae*, as Tradições Jurídicas e o Controle de Constitucionalidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2010, p. 18.

01.01.02. Origem inglesa

Se no Direito Romano a figura do *amicus curiae* era de colaborador dos magistrados em diversos assuntos, diversos deles sem ligação jurídica, é no Direito Inglês que o *amicus curiae* se assemelha ao instituto utilizado no Direito Americano.

Portanto, a segunda hipótese para o surgimento do *amicus curiae* é no sistema *common law* inglês onde ele possuía a função de auxiliar as cortes, indicando os precedentes de casos semelhantes ao julgado na ocasião e instruindo o magistrado, a fim de evitar ou minimizar erros de julgamento.⁵

No *common law* o direito não se desenvolve mediante atos legislativos, como no modelo romano-germânico, mas sim a partir das decisões dos tribunais. O que rege o fundamento do sistema de *common law* são os precedentes, ou seja, o julgamento de um caso em questão dependia do precedente havido em julgamento de processo ou fato jurídico similar.

Um dos casos de repercussão no direito inglês que houve participação do *amicus curiae* foi o de *Coxe vs. Phillips*. O casamento de Mrs. Phillips e Mr. Muilman foi declarado nulo ao se descobrir que a mulher já era casada, mesmo após Mr. Muilman ter se casado novamente. No caso em questão, Mrs. Phillips invocou seu casamento com ele com o objetivo de alegar incapacidade de se obrigar quando cobrada pelo não pagamento de uma nota promissória e considerando que as razões de defesa invocadas por ela não poderiam comprometer o atual casamento de Mr. Muilman, a corte inglesa, na ocasião permitiu mesmo ele não sendo parte ou interessado no processo, que um *amicus curiae* representasse seus interesses no processo, com a tese do *amicus curiae* acolhida.⁶

⁵ VIEIRA, Andréia Costa. *Civil law e common law: os dois grandes sistemas legais comparados*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris A. Fabris: 2007.

⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2012 - p. 114/115 – Esse caso é expressamente citado por vários autores, dentre os quais:

Portanto, o *amicus curiae* na Inglaterra, era utilizado principalmente em ações nas quais eram apontados os erros devidamente manifestos ou então para levar informações relevantes contidas em precedentes judiciais e não conhecidos pelos juízes.

7

01.01.03. Origem americana

A primeira constatação da existência do *amicus curiae* nos Estados Unidos ocorreu em 1812 no caso *The Schooner Exchange vs. McFadden*, ocasião em que o “Attorney General” foi admitido para que emitisse sua opinião referente às questões relativas à marinha.⁸

No entanto, o *amicus curiae* ou *friend of the court* conseguiu desenvolver-se com maior destaque no cenário estadunidense em 1823, no caso *Green v. Biddle* sendo positivado na *Rule 37 – Súmula 37*, que institui o procedimento de intervenção do *amicus curiae* no mundo jurídico.⁹

No direito americano, a função do *amicus curiae* surge com a missão de prestar informações em matérias jurídicas e de conhecimentos diversos para que houvesse colaboração com o juiz para que a decisão judicial proferida fosse a mais justa possível.

Samuel Krislov, “*The amicus curiae brief: from friendship to advocacy*” pp. 696/697, e Michael J. Harris, “*Amicus Curiae: friend or foe. The limits of friendship in american jurisprudence*” p. 5

⁷ BISCH, Isabel da Cunha. *O Amicus Curiae, as Tradições Jurídicas e o Controle de Constitucionalidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2010

⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2012 – p. 116

⁹ U.S. Supreme Court. *Green v. Biddle*, 21 U.S. 8 Wheat. 1 1 (1823). *Green v. Biddle* <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/21/1/case.html> - acessado em 06/05/16

Nesse sentido, a Regra 42 do Regimento Interno da Suprema Corte Americana passou a exigir não só a existência do interesse do ente, mas sua robusta demonstração.

De acordo com o sistema americano, o *amicus curiae* não pode intervir para trazer questão já trazida pelas partes ou que tenha sido debatida anteriormente, não considerando ainda a possibilidade de sustentação oral. Pertinente ainda o entendimento de Vallisney de Souza Oliveira, ao mencionar que a função do *amicus curiae* não é julgar, mas sim conferir suporte para a interpretação da lei e sua aplicação ao caso. Daí o entendimento da Corte Americana acerca de algumas restrições pontuais para participação *friend of court*.¹⁰

Para o ingresso do *amicus curiae*, no entanto, diferente do direito romano e direito inglês, era necessário que o ente atendesse a determinados requisitos, como consentimento das partes.

A grande contribuição do *amicus curiae* para o direito americano - daí o destaque do instituto nos Estados Unidos - é que a jurisdição da Corte Constitucional Americana se dá em meio a um processo subjetivo, inexistindo a possibilidade de manifestação de sujeitos estranhos à lide. Ocorre que a decisão da Suprema Corte vincula todos os órgãos judiciais inferiores, portanto, a declaração de inconstitucionalidade em um caso concreto traz como consequência a não aplicação daquela lei a qualquer outro caso.

Em razão desta problemática, a figura do *amicus curiae* mostra-se inovadora, considerando que se torna possível daí a participação de estranhos à relação controversa, que enseja a decisão sobre a constitucionalidade de uma lei. Nesse sentido:

¹⁰ OLIVEIRA, Vallisney de Souza. Constituição e Processo Civil, Editora Saraiva, São Paulo, 2008. p. 102 e 103.

E, portanto, a declaração de inconstitucionalidade em um caso concreto traz como consequência a não-aplicação daquela lei a qualquer outra situação, porque todos os tribunais estarão subordinados à tese jurídica estabelecida. De modo que a decisão, não obstante referir-se a um litígio específico, produz efeitos gerais, em face de todos (*erga omnes*).¹¹

Destarte, a atuação do *amicus curiae* influenciou diretamente a decisão judicial acerca da adequação da conformidade com a Constituição Americana, dada a repercussão que tomou tal julgamento, o que poderia ser considerado de uma forma mais discreta de efeito *erga omnes*.

a) *Funcionamento da Corte Constitucional Americana*

A Suprema Corte Americana é composta por 09 (nove) membros intitulados *justices* - o que a preside e *Associate Justices* - nomeados pelo Presidente dos Estados Unidos. O presidente da Corte possui mandato por tempo indeterminado, ou seja, só haverá substituição em caso de *impeachment* ou seu falecimento.

Importante frisar que os *justices* são ex-ocupantes de outros cargos públicos, portanto, ingressam na Suprema Corte por indicação em razão de sua influência, o que justifica o viés expressivamente político nas decisões do órgão.

A Suprema Corte goza ainda de total discricção acerca de suas decisões, sem que necessário conhecer as razões em que se basearam.

Essa obscuridade está sustentada na falta de exigência de justificativa para que um recurso seja rejeitado por exemplo, pois questões preliminares ao

¹¹ BARROSO, Luis Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. – p. 48

juízo do mérito são discutidas em sessão secreta, a contagem de votos não é revelada e a lei não exige fundamentação.

A regulamentação da intervenção do *amicus curiae* perante a Suprema Corte dos EUA é estabelecida pela Regra 37 do Regimento Interno *Rule 37*.¹² Na *Rule 37*, há a exigência de o terceiro expor as razões pelas quais sua participação seria relevante para a Corte no caso concreto a ser julgado. A seção 37.1 da Regra delinea como principal objetivo do *amicus* perante a Corte, o aporte de dados que podem ser relevantes para o julgamento, não ainda levantados pelas partes do processo. E desencoraja eventuais candidatos que não atendem esse requisito, uma vez que tal postura somente ensejaria na sobrecarga desnecessária de informações.

Portanto, caso o terceiro não atenda a esses requisitos, a Suprema Corte pode rejeitar o seu ingresso sem que necessário fundamentar a sua inadmissão.

Neste ponto, BARBOSA MOREIRA faz uma crítica ao modelo de julgamento aplicado nos E.U.A para os outros países:

Uma coisa, no entanto, afigura-se indubitável: várias das características da Suprema Corte norte-americana causariam estranheza, quando não escândalo, se fossem transplantadas para o nosso universo judicial. Podem ser aceitas, nos Estados Unidos, com tranquilidade, e até produzir, lá, bons frutos; não quer dizer necessariamente que fosse proveitoso copiá-las aqui. Ora, se isso é verdade em relação a país, como o nosso, que tomou por paradigma, no essencial, o sistema norte-americano, deve ser verdade, a fortiori, para os que tiveram outra fonte de inspiração. A Suprema Corte é uma das mais respeitadas instituições dos Estados Unidos. Tem suficiente grandeza para dispensar-nos de elevá-la à incômoda posição de ícone.

¹² U.S, SUPREME COURT OF DE UNITED STATES, Washington, DC 20543 - Disponível em <http://www.supremecourt.gov/ctrules/2013RulesoftheCourt.pdf> - acessado em 12/05/16

Por admirável que seja aos olhos dos americanos, parece difícil apontá-la sem reservas como um modelo para o mundo.¹³

Obviamente, não há que se comparar a figura do *amicus curiae* ou *friend of court* do que existe hoje em nosso país, tendo em vista inicialmente a utilização do julgamento *common law* nos E.U.A e *civil law* no Brasil, considerando ainda a desnecessidade de fundamentação motivada de suas decisões na Suprema Corte, fator indispensável nas decisões judiciais brasileiras em todas as instâncias. Por fim, evidencia-se que o *amicus curiae* nos E.U.A integra o processo para que contribua para este, sobretudo, para seu próprio interesse, o que é refutado nas decisões em nosso judiciário.

b) Surgimento formal na jurisprudência americana do “friend of court”

A primeira aparição formal da figura do *amicus curiae* na Suprema Corte Americana ocorre em 1823, no caso Green v. Biddle.

Green, fazendeiro de Kentucky, processou Biddle, com o objetivo de remove-lo de suas terras. Em contrapartida Biddle se defendia no sentido de que deveria ser indenizado por benfeitorias realizadas no local. Em sua fundamentação Green alegou que as leis estaduais na época eram inconstitucionais por se confrontarem com a lei da Virgínia, tendo em vista a existência de pacto interestadual entre Kentucky e Virgínia, sobre adoção de mesma legislação de terras.

Ocorre que Biddle não compareceu à audiência e a Suprema Corte decidiu em favor de Green. Surge então o advogado Henry Clay, que se dirigindo à Suprema Corte na condição de *amicus curiae* requer que o caso seja revisto visando a

¹³ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A suprema corte-americana: um modelo para o mundo – Revista Brasileira de Direito Comparado, Rio de Janeiro, 233: 201-211, Jul./Set. 2003

possibilidade de atuar como *amicus curiae* do Estado de Kentucky. A Suprema Corte defere o pedido de Clay, e em nome de Biddle, este alega que o Estado da Virgínia não poderia interferir nas leis promulgadas no Kentucky, portanto, as leis do Kentucky seriam constitucionais. Ao final do julgamento a sentença fora mantida.

Verifica-se que o conceito de *amicus curiae* foi fundado na parcialidade, visando atingir interesses específicos.

Outro caso que teve repercussão na jurisprudência americana foi o de Muller v. Oregon¹⁴, cujo processo referia-se à questão trabalhista das mulheres do Estado de Oregon. Em uma lavanderia, uma funcionária foi submetida à obrigação de trabalhar além de 10 horas por dia por seu empregador, no entanto, na ocasião, naquele Estado, existia uma lei que proibia que as mulheres trabalhassem por mais de 10 horas.

O advogado que representava o Estado de Oregon interferiu no julgamento da causa apresentando à Corte um memorial que continha 112 páginas das quais apenas 02 tratavam de questões legais e 110 trazendo referências à dados técnicos oriundos de estudos mundiais, constando ainda comprovações dos malefícios que a sobrecarga das atividades laborarias em excesso poderiam causar. A Suprema Corte não só admitiu o ingresso do advogado do Estado de Oregon como *amicus curiae*, como julgou a lei estadual constitucional.

Historicamente, as decisões que houveram ingresso de *amicus curiae* repercutiram para uma mudança de paradigmas, considerando que foram expostas nos dois casos, razões políticas e sociais, mais do que jurídicas, observando que o ingresso do terceiro no último caso foi fundamental para o desfecho do caso.

Conclui-se que nos Estados Unidos, o *amicus curiae* foi de extrema importância para lidar com as dificuldades existentes no sistema *common law* e sistema

¹⁴ U.S. Supreme Court. Muller v. Oregon, 208 U.S. 412 (1908) - <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/208/412/case.html> - acessado em 06/05/16.

acusatório americano, possibilitando a representação dos estados americanos e órgãos governamentais.

01.02. O AMICUS CURIAE NO DIREITO BRASILEIRO

Acertadamente a introdução da figura do *amicus curiae* na esfera jurídica nacional, criou a oportunidade de advogados, órgãos de classes, membros de entidades sociais e religiosas, Organizações Não Governamentais, dentre outros, ingressarem em processos, inicialmente, que versavam acerca da constitucionalidade das leis, visando obter a manutenção e defesa dos direitos coletivos e difusos, o que enriqueceu imensamente a condução e debate destes processos.

Apoiado no sistema *civil law*, o Direito Brasileiro importou a figura do *amicus curiae* pela primeira vez em 1973 no Código de Processo Civil, Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, em seu artigo 482, parágrafo 3^o¹⁵:

Art. 482. Remetida a cópia do acórdão a todos os juízes, o presidente do tribunal designará a sessão de julgamento.

§ 1º **O Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado, se assim o requererem, poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade**, observados os prazos e condições fixados no Regimento Interno do Tribunal.

§ 2º Os titulares do direito de propositura referidos no [art. 103 da Constituição](#) poderão manifestar-se, por escrito, sobre a questão constitucional objeto de apreciação pelo órgão especial ou pelo Pleno do Tribunal, no prazo fixado em Regimento, sendo-lhes assegurado o direito de apresentar memoriais ou de pedir a juntada de documentos.

¹⁵ BRASIL. Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Dispõe sobre o Código de Processo Civil - Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm - acessado em 12/05/16

§ 3º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecurável, a manifestação de outros órgãos ou entidades. (destaques nossos)

Os termos “relevância da matéria” e “representatividade dos postulantes” delimitavam que não havia uma regra para admissão do *amicus curiae*, ficando a cargo do juiz ou tribunal autorizar sua participação no processo.

Em 1976 com a criação da lei 6.385 deste ano, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e criou a Comissão de Valores Mobiliários¹⁶, novamente o instituto foi inserido. A positivação da participação do *amicus curiae* foi realizada no artigo 31 da referida lei, nestes termos:

Art. 31 - Nos processos judiciais que tenham por objetivo matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, no prazo de quinze dias a contar da intimação.

A indicada norma possibilitava o ingresso da Comissão de Valores Mobiliários nos processos em que não fosse parte com a incumbência de apresentar parecer e prestar esclarecimentos na ação, não esclarecendo, no entanto, de que forma isso seria feito.

Posteriormente, após quase 20 anos da positivação da participação da figura do “*amicus curiae*” (aqui as aspas pois não era associado a esse instituto, embora a colaboração do CVM equiparasse com a figura do *amicus curiae*), na Lei 8.884 de 11 de junho de 1994 que transformou o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em uma autarquia federal¹⁷, houve nova menção do ente em seu artigo 89:

¹⁶ BRASIL. Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm - acessado em 12/05/16.

¹⁷ BRASIL. Lei 8.884 de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm - acessado em 12/05/16.

“Nos processos judiciais em que se discuta a aplicação desta lei, o CADE deverá ser intimado para, querendo, intervir no feito na qualidade de assistente”.

Nesta ocasião a nomenclatura para designar o auxílio do CADE nos processos em que discutiam a aplicação da mencionada lei era assistente, o que viria a se tornar matéria de acalorados debates acerca do enquadramento do *amicus curiae* como assistente ou terceiro no processo, o que será visto mais adiante.

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil por meio da Lei n.º 8.906/94¹⁸ dispõe no parágrafo único do artigo 49, sobre a legitimidade dos Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB para intervir como assistentes nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na OAB, intervenção esta associada ao instituto do *amicus curiae*:

Art. 49. Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou os fins desta lei.

Parágrafo único. As autoridades mencionadas no caput deste artigo têm, ainda, legitimidade para intervir, inclusive como assistentes, nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na OAB.

Da mesma forma na Lei n.º 9.279/96 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial¹⁹, há dispositivo que legitima o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), para que este intervenha, quando não for autor em esparsos artigos:

Art. 57. A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

¹⁸ BRASIL. Lei 8.906 de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm - acessado em 12/05/16.

¹⁹ BRASIL. Lei 9.279 de 14 maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm- acessado em 12/05/16.

§ 1º O prazo para resposta do réu titular da patente será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.

(...)

Art. 118. Aplicam-se à ação de nulidade de registro de desenho industrial, no que couber, as disposições dos arts. 56 e 57.

(...)

Art. 175. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

§ 1º O prazo para resposta do réu titular do registro será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros. (destaques nossos)

Outro avanço importante no sentido de consolidar a figura do *amicus curiae* no país se deu por meio da publicação da Lei n.º 9.469/97²⁰, que, dentre outros assuntos, dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem como autores ou réus entes da administração indireta. A intervenção se justifica naqueles casos em que a decisão possa ter reflexos econômicos relevantes, mesmo que indiretos, para a União.

Mais adiante e em específico ao controle abstrato de constitucionalidade as Leis 9.868 de 10 de novembro de 1999 que regula a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no processo de controle de constitucionalidade²¹ e a 9.882 de 03 de dezembro de 1999, que

²⁰ BRASIL. Lei 9.469 de 10 de julho de 1997. Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9469.htm - acessado em 12/05/16.

²¹ BRASIL. Lei 9.869 de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm - acessado em 06/05/16

dispõe sobre o processo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)²² traziam categoricamente a atuação do *amicus curiae*.

Na primeira:

Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

(...)

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

Na segunda lei indicada:

Art. 6º Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.

Em um primeiro momento “*considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades*” e posteriormente sendo “*autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo*” o *amicus curiae* toma forma substancial na atuação processual em ações de controle de constitucionalidade.

²² BRASIL. Lei 9.882 de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm - acessado em 12/05/16.

Outra inserção na Lei do instituto ocorreu em 2001 no artigo 14, parágrafo 7º da Lei dos Juizados Especiais Federais – Lei 10.259 de 12 de julho de 2001²³:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

(...)

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

(...)"

Portanto, no incidente processual para dirimir a dúvida com relação à interpretação de lei federal havendo divergência entre Turmas Recursais, o Presidente da Turma poderá solicitar o ingresso do *amicus curiae*.

Em 2006, por meio da Lei 11.417²⁴, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que dispõe sobre a edição, revisão e cancelamento das súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal há menção novamente do ingresso do ente:

Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

(...)

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, **o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a**

²³ BRASIL. Lei 41.259 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm - acessado em 12/05/16.

²⁴ BRASIL. Lei 11.417 de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11417.htm - acessado em 12/05/16

manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. - (destaques nossos)

De acordo com Fredie Didier Jr., o artigo 31 da Lei 6.385/76 foi o primeiro dispositivo legal a regular a atuação como *amicus curiae*, seguido da Lei 8.884/94 que passou a determinar a intimação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para atuar como conselheiro nos processos.²⁵

Com outra perspectiva, bem acentuado o entendimento de Alexandre Freitas Câmara que alega ser discutível a inserção de fato da figura do *amicus curiae*, pois em alguns casos a presença do ente é expressamente previsto pela lei processual, como por exemplo nas Leis 9.868/99 e 9.882,99 e em outros não havia clareza com relação ao enquadramento do instituto.²⁶

Paralelamente a esta vertente, com mais restrição, no entanto, Cassio Scarpinella refutava qualquer referência ao *amicus curiae* nos dispositivos legais citados:

Só há uma regra de direito positivo no Brasil que se refere expressamente ao *amicus curiae* no direito brasileiro. Trata-se do art. 23, § 1º, da Resolução n. 390/2004 do Conselho da Justiça Federal.

(...)

No mais, há diversos outros diplomas legislativos que, embora não tratem do *amicus curiae* admitem intervenções diferenciadas de terceiro que, na minha opinião, é o que basta, analisadas as previsões no seu devido contexto, para verificar que estas situações correspondem, ou, quando menos, são bastante próximas da intervenção do *amicus curiae* tal qual admitida nos ordenamentos jurídicos estrangeiros que o conhecem. Assim, apenas para ilustrar a minha afirmação, no art. 5º da Lei n. 9.494/1997 (pessoas jurídicas federais de direito público); no art. 31 da Lei n. 6.385/1976 (Comissão de

²⁵ DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Volume 1. Bahia: Editora Podivm, 2010, p. 405.

²⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume 1. 25ª edição. São Paulo. Atlas: 2014.

Valores Mobiliários); no art. 89 da Lei n. 8.884/1994 (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e o art. 49 da Lei n. 8.906/1994 (Ordem dos Advogados do Brasil).²⁷ (destaques nossos)

Notoriamente a doutrina diverge acerca da origem do instituto do *amicus curiae* no Direito Brasileiro, sendo mais plausível a aceitação do posicionamento de Alexandre Freitas Câmara que admite de fato, não haver um entendimento definitivo sobre a questão.

Finalmente, após inúmeros debates, com o advento da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 que regula o novo Código de Processo Civil, o *amicus curiae* ganha espaço e posituação no artigo 138 da referida lei nos seguintes termos:

Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.

§ 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

Ficou evidenciado, portanto, que o *amicus curiae* não pode ser considerado com o um terceiro imparcial, o que seria o papel do Ministério Público. O *amicus curiae* assume sua forma de parcialidade, pois tem direto interesse que uma das partes saia vencedora da ação, equiparando-se à figura do *amicus curiae* originalmente consolidado nos Estados Unidos.

²⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. Publicado originalmente em Revista Nacional da Magistratura. Ano II, n. 5. Brasília: Escola Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, maio de 2008.

Para Fredie Didier Jr. O *amicus curiae* embora não seja um postulante, não quer dizer que não possa ele, em determinadas situações, atuar com certa carga de parcialidade.²⁸

Scarpinella Bueno afirmou, no entanto, em sua dissertação, não ser incorreto comparar a atuação do *amicus curiae* à do Ministério Público, que é o fiscal da lei, ou compará-lo ao perito no sentido de fornecer provas ao juízo, considerando ainda a sua natureza de imparcialidade, elementos necessários para prolação de uma decisão.²⁹

O autor prossegue com seu entendimento argumentando que *o amicus curiae, no direito brasileiro, tem tudo para desempenhar um papel paralelo e complementar à função exercida tradicionalmente pelo Ministério Público como fiscal da lei, portanto, mantém seu posicionamento de que o amicus curiae atua como auxiliar da corte e não das partes.*³⁰

01.02.01. Surgimento do instituto na jurisprudência brasileira

A primeira aparição na jurisprudência brasileira do *amicus curiae* ocorreu em 1994 no julgamento do Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 748/RS³¹, no qual era discutida a constitucionalidade do calendário rotativo para escolas da rede pública estadual, instituído pelo então governador do Rio Grande do Sul.

²⁸ DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Volume 1. Bahia: Editora Podivm, 2010 - p. 405.

²⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. Publicado originalmente em Revista Nacional da Magistratura. Ano II, n. 5. Brasília: Escola Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, maio de 2008.

³⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae* no Projeto de novo Código de Processo Civil. Revista de Informação Legislativa - Brasília ano 48 n. 190 abr./jun. 2011.

³¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI-AgR 748/RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 18.11.1994 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

A ADIn em questão havia sido ajuizada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em face do Decreto Legislativo 6.662, decreto este que impedia os efeitos da Lei Estadual 9.272, que estabelecia o calendário rotativo. O fundamento legal da ação era que o decreto legislativo não possuía o condão de revogar referida norma, que só poderia ser alterada por força de lei.

Houve interposição de Agravo Regimental contra a admissão de memorial apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, tendo como agravante o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e como agravada a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Os memoriais apresentados pela Comissão de Constituição e Justiça continham pareceres técnicos sobre o impacto pedagógico acerca da implantação do calendário rotativo escolar, além de outras informações inerentes ao caso.

O então Relator da ação, o Ministro Celso de Mello trouxe grande inovação à jurisprudência nacional ao admitir a juntada de documentos por parte de órgãos e entidades que não eram partes da relação processual, atuando estes como verdadeiros *amici curiae*:

...Não se pode desconhecer, neste ponto – e nem há possibilidade de confusão conceitual com esse instituto –, que o órgão da Assembleia gaúcha claramente atuou, na espécie, como verdadeiro *amicus curiae*, vale dizer, produziu informalmente, sem ingresso regular na relação processual instaurada, e sem assumir a condição de sujeito do processo de controle normativo abstrato, peças documentais que, desvestidas de qualquer conteúdo jurídico, veiculam simples informações ou meros subsídios destinados a esclarecer as repercussões...

O ministro bem fundamentou que não haveria possibilidade de confusão conceitual com outro tipo de parte que pudesse atuar na ação, pontuando bem que se tratava de o instituto do *amicus curiae*.

Novamente, em 2000 pelas mãos do Ministro Celso de Mello, após a aprovação da lei 9.868/99, houve deferimento da participação na medida cautelar na ADI 2321/DF³² da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE como *amicus curiae*, seguido de nova aparição do instituto no ano seguinte, pelo ingresso com auxiliar da corte da Associação dos Magistrados Catarinenses.

Obviamente, verifica-se que a figura do *amicus curiae* foi inserida no cenário nacional com o intuito de flexibilizar a proibição de participação de terceiros no controle abstrato e concentrado, tendo em vista a importância da participação de associações de classe ou órgãos com notório interesse e conhecimento sobre o tema ali discutido.

Verifica-se que antes da positivação do instituto, persistiu no ordenamento jurídico brasileiro a necessidade do alargamento da admissão do *amicus curiae* para além dos casos positivados ou que fizessem referência ao ente, com a finalidade de suprir, nas palavras de Scarpinella o “déficit democrático da atuação do Judiciário brasileiro.”³³

³² BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 2321/DF da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE - DJ 10-06-2005 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

³³ BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. Publicado originalmente em Revista Nacional da Magistratura. Ano II, n. 5. Brasília: Escola Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, maio de 2008.

02. NATUREZA JURÍDICA: ASSISTENTE, TERCEIRO OU ENTE ENIGMÁTICO?

Muito se debateu doutrinariamente e jurisprudencialmente acerca da natureza jurídica do *amicus curiae* antes da positivação deste no Código de Processo Civil de 2015. Há quem tenha defendido o ponto de vista de que o *amicus curiae* era uma espécie de assistente processual, outros doutrinadores afirmaram ser o ente um terceiro, ou numa terceira vertente este seria uma figura enigmática.

A fundamentação se sustenta inicialmente na premissa de que o *amicus curiae* não é parte, portanto o que lhe sobraria nos termos da lei para adequação à sua figura seria o rótulo de assistente.

Além disso, em regra, o assistente não faz defesa a um direito seu, mas sim, do direito da parte assistida com a qual mantém relação jurídica específica.

Com relação a categorização de assistente para o *amicus curiae*, tal controvérsia ainda era bifurcada na identificação se este seria assistente simples, assiste litisconsorcial ou perito com o propósito de prestar esclarecimentos ao juízo.

Abre-se um parêntese para consignar a distinção acerca dos tipos de assistência.³⁴ Na assistência simples, tem-se um sujeito do processo, considerando ainda que este não pede na para si próprio, sendo certo que a lei admite a nomenclatura de parte não principal. Por outro lado, na chamada assistência litisconsorcial tem-se efetivamente uma figura que mais se aproxima da ideia de parte, pois a este se aplicaria então o regime dos litisconsortes, sendo este, portanto, atingido pela eficácia da sentença e coisa julgada.

³⁴ ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 3ª edição. São Paulo. Revista dos Tribunais: 1985-1986 - p. 72 a 73.

Portanto, na assistência simples, o ingresso do *amicus curiae* seria equivalente a este, ou seja, oferecer auxílio a uma das partes principais, enquanto na assistência litisconsorcial o assistente, no caso o *amicus curiae*, teria imediata vinculação à relação material em debate direta e imediata vinculação à relação material em discussão.

Há ainda quem compare o *amicus curiae* com a figura do perito, portanto, enquadrar-se-ia como assistente, com já mencionado na intervenção do CADE.³⁵

Fredie Didier Jr. nega veementemente que o *amicus curiae* seja terceiro, tendo em vista sua atuação no processo, portanto, impossível um participante do processo ser terceiro.

Vale destacar que Didier Junior afirmou que o instituto não se configuraria como um terceiro e que, por consequência disso, não se confundiria com nenhuma espécie de fenômeno interventivo. Para o autor, o instituto faz parte dos sujeitos processuais ao lado do juiz, das partes do Ministério Público e principalmente dos auxiliares da justiça.³⁶

Os auxiliares da Justiça são funcionários, servidores públicos que atuam no processo com o intuito de produzirem e em razão de haver rol exemplificativo no código de Processo Civil de 1973, não seria inadequado encaixar o *amicus curiae* ao lado do perito.

³⁵ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012 - p 337.

³⁶ DIDIER JR, Fredie. Possibilidade de Sustentação Oral do *Amicus Curiae*. In Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo: Dialética, v.8, 2003./Direito Processual Civil. 5ª. ed. Salvador: JusPodivm, vol.1, 2005)

Para o autor, a principal função do *amicus curiae* seria de dar força a determinada fundamentação, ou seja, seria uma espécie de auxiliar da hermenêutica, contribuindo assim para o aprimoramento das decisões judiciais.

Outros doutrinadores coadunam com tal proposta, como Nelson Oscar de Souza ao afirmar que o *amicus curiae* é um colaborador de essência inteiramente diferente do terceiro interessado³⁷ e Gustavo Rodrigues Del Prá que entende que as hipóteses de manifestação de *amicus curiae* no Direito brasileiro se dividiriam em: manifestação por iniciativa do juiz e intervenção voluntária. De acordo com o argumento do autor, tratando-se de intervenção por requisição judicial fica configurado este sendo um auxiliar do juízo.

Por outro lado, Del Pra, também abre aspas para o fato de que se o *amicus curiae* ingressa espontaneamente nos autos, este será tido como terceiro interveniente.³⁸

Existem ainda julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) identificando o *amicus curiae* como assistente:

MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO ESPECIAL. ANTV. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERVENÇÃO DO CADE. COMPETÊNCIA. [...]. 3. A regra inscrita no art.5º, parágrafo único, da Lei 9.469/97 e art. 89 da Lei 8.884 – contém a base normativa legitimadora da intervenção processual do *amicus curiae* em nosso Direito. Deveras, por força de lei, a intervenção do CADE em causas em que se discute a prevenção e a repressão à ordem econômica, é de assistência. Outrossim, tratando-se de entidade federal, inequívoca é a competência da Justiça Federal, mercê de a ação ser movida pelo Parquet federal em relação a qual, somente as decisões daquela justiça vincula. (CC 40.534, Rel. Min. Teori Albino Zavascki) 4. Liminar indeferida. (Medida Cautelar 9576 – RS. Número: 2005/0019257-6. Rel. Min. Luiz Fux. DJ 21/02/05. Repte:

³⁷ SOUZA, Nelson Oscar de. Manual de direito constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 2006 – p. 381

³⁸ DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. *Amicus curiae*: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Curitiba, Juruá: 2007 - p. 116.

Associação Nacional dos Transportadores de Veículos. Reqdo: Ministério Público Federal).³⁹

No entanto, contrariamente ao posicionamento de que o *amicus curiae* seria assistente, seja simples, litisconsorcial ou assemelhado à figura do perito, na doutrina nacional a maioria dos estudos pendia para a conceituação do *amicus curiae* como sendo um terceiro interveniente.

Para Antônio Passo Cabral o “amigo da cúria” é um tipo de intervenção:

Aquele que atua como *amicus curiae* decerto não se inclui no conceito de parte, pois não formula pedido, não é demandado ou tampouco titulariza a relação jurídica objeto do litígio. Também não exterioriza pretensão, compreendida como exigência de submissão do interesse alheio ao seu próprio, pois seu interesse não conflita com aquele das partes. E dentro da conceituação puramente processual dos terceiros, devemos admitir necessariamente que o *amicus curiae* inclui-se nesta categoria. Sua manifestação deve ser compreendida como verdadeira modalidade de intervenção de terceiros.⁴⁰

Evidenciamos o entendimento do “amigo da corte” como uma intervenção de terceiros na ADI N° 3.311/DF⁴¹ proposta pela CNI - Confederação Nacional da Indústria tendo por objeto determinados artigos da Lei n.º 9.294 de 15 de julho de 1996, lei esta que impõe restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, apoiada

³⁹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Medida Cautelar 9576 – RS. Número: 2005/0019257-6. Rel. Min. Luiz Fux. DJ 21/02/05 - www.stj.com.br - acessado em 05/03/16

⁴⁰ CABRAL, Antônio do Passo. Pelas Asas de Hermes: a intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial: uma análise dos institutos interventivos similares – o *amicus* e o *vertreter des öffentlichen interesses*. In *Revista de Processo*. São Paulo: RT, a.29, n.117, set-out 2004;

⁴¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI N° 3.311/DF - Relator Min. Celso de Melo - DJ 02.02.2001 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Indubitável é a relevância e abrangência de tal tema na ordem social e, portanto, não há que se estranhar o pedido de ingresso de diversos *amici*, representando os interesses de meios de comunicação, trabalhadores, consumidores, restaurantes, hotéis e dentre eles o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - SINDIMÉDICO.

Por tudo exposto e pela ótica de que o *amicus curiae* não constitui parte, uma vez que não postula tutela jurisdicional, nem em nome próprio tampouco em nome de outrem seria mais prudente classificá-lo como um terceiro especial, considerando que a intervenção possui características específicas.

Conclui-se que o *amicus curiae*, como terceiro especial ou de natureza excepcional, pode ser admitido no processo civil brasileiro para partilhar na construção da decisão judicial, contribuindo para ajustá-la aos relevantes interesses sociais em conflito.

Cassio Scarpinella Bueno também defende a ideia de que o *amicus* seria uma espécie de terceiro interveniente, porém, coloca que o instituto é uma espécie enigmática de intervenção.⁴²

Primeiramente, resta por comprovado que, os *amici* não constituem parte da relação processual e, diante do todo visto concluímos que este pode atuar de formas assemelhadas à de outros partícipes, a depender da análise e caracterização de sua motivação e interesse, por fim, parecendo-nos mais adequado caracterizá-lo como um terceiro especial.

Em geral os autores concluem que o *amicus curiae* é uma forma anômala, *sui generis*, de intervenção de terceiro, ou assemelhado à figura do Ministério Público. Nosso CPC de 73 reconhece expressamente como modalidade de intervenção de terceiros: assistência, que pode ser simples ou assistencial, oposição, nomeação à autoria, denúncia da lide e chamamento ao processo

⁴² BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012.

Que se trata de um “terceiro”, assim entendido que não é parte no processo que busca intervir em processo alheio, não há e nem pode haver qualquer hesitação.⁴³

O *amicus curiae* não é parte, nem perito, nem auxiliar da justiça e nem *custos legis* no sentido que o Ministério Público:

Não temos dúvidas quanto à oportunidade de destacar a figura do *amicus curiae* de outras por mais próximas que elas possam ser. Ele já ocupa o cenário do direito processual civil. A dificuldade que o tema envolve, contudo, é equacionar as diferentes formas em que a nossa lei o prevê. Daí a necessidade de buscar referenciais os mais próximos possíveis para colmatar as variadas e diversas lacunas que o tema envolve.⁴⁴

Amicus curiae é sujeito processual pois ele atua no processo, independente da qualidade de sua atuação. Portanto, considerando que entre os sujeitos processuais há as partes e os terceiros, o encaixe do *amicus curiae* deve ser feito como terceiro, mas terceiro atípico, anômalo, enigmático.

A proximidade com os outros entes denominados terceiros está na semelhança de duas principais características: ambos participam de processo alheio e não fazem parte diretamente do interesse recaído sobre o objeto do litígio.

Por fim, a necessidade de não confundir o *amicus curiae* como o assistente não significa a inexistência entre traços comuns entre os dois. A qualidade do interesse jurídico que motiva tanto a intervenção do assistente como a do *amicus curiae* é o elo de semelhança existente. Scarpinella Bueno explica que o interesse do assistente é egoísta, pois atua no processo objetivando a vitória na ação, visa se beneficiar individualmente da decisão favorável, indica que o agir do assistente é para si próprio.

⁴³ Op. Cit. p.336

⁴⁴ Op. Cit. p. 393

No caso do *amicus curiae*, no entanto, é o contrário, pois esse tem característica altruísta, tendo em vista que não importa para o *amicus curiae* quem será o vitorioso da demanda.

03. ASPECTOS FORMAIS E REQUISITOS LEGAIS PARA INGRESSO E PARTICIPAÇÃO DO *AMICUS CURIAE* NO PROCESSO CIVIL

03.01. INTERESSE JURÍDICO E LEGITIMIDADE

A intervenção do *amicus curiae* depende inicialmente de relevância e repercussão social. Portanto, o juiz ou o relator deverá constatar a presença da relevância da matéria debatida, a especificidade do tema objeto da ação ou a repercussão social da controvérsia.

O interesse jurídico, segundo Scarpinella, é a identificação em processo alheio, em que fazem parte outras pessoas que não o interveniente, no caso o *amicus curiae*.⁴⁵ Portanto, o que motiva o ingresso do *amicus curiae* em determinada demanda é a verificação de relação jurídica a qual ele integra e paralelamente possui condições de vir a ser afetado pela decisão proferida no processo havido entre as partes.

Entende-se por interesse jurídico, em sentido genérico, aquele distante do interesse moral, econômico ou político. Nesse sentido, o conceito de interesse jurídico do *amicus curiae* deve conter interesse social, ou até público tendo em vista a ampliação dos elementos a influenciarem o que vai ser julgado.

Diz-se que o interesse deve ser público, considerando que *o interesse a ser tutelado pelo amicus curiae em juízo transcende os interesses e direitos subjetivados nos integrantes do polo ativo e passivo da relação processual*.⁴⁶

⁴⁵ Op. Cit. p. 412 - 418.

⁴⁶ Op. Cit. – p. 429.

Nesse sentido:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. *AMICUS CURIAE*. PEDIDO DE HABILITAÇÃO NÃO APRECIADO ANTES DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NATUREZA INSTRUTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DE *AMICUS CURIAE*, CUJA EVENTUAL DISPENSA NÃO ACARRETA PREJUÍZO AO POSTULANTE, NEM LHE DÁ DIREITO A RECURSO. 1. **O *amicus curiae* é um colaborador da Justiça que, embora possa deter algum interesse no desfecho da demanda, não se vincula processualmente ao resultado do seu julgamento. É que sua participação no processo ocorre e se justifica, não como defensor de interesses próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal.** A presença de *amicus curiae* no processo se dá, portanto, em benefício da jurisdição, não configurando, conseqüentemente, um direito subjetivo processual do interessado. 2. A participação do *amicus curiae* em ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal possui, nos termos da disciplina legal e regimental hoje vigentes, natureza predominantemente instrutória, a ser deferida segundo juízo do Relator. A decisão que recusa pedido de habilitação de *amicus curiae* não compromete qualquer direito subjetivo, nem acarreta qualquer espécie de prejuízo ou de sucumbência ao requerente, circunstância por si só suficiente para justificar a jurisprudência do Tribunal, que nega legitimidade recursal ao preterido. 3. Embargos de declaração não conhecidos.⁴⁷ (destaques nossos)

Superada a questão do interesse jurídico com relação ao ingresso na demanda, o juiz ou relator poderá de ofício ou a requerimento das partes ou do próprio interveniente, solicitar ou admitir a intervenção do *amicus curiae*. Portanto, o próprio *amicus curiae* poderá tomar a iniciativa de sua intervenção, sendo o mais comum ocorrido na jurisprudência.

⁴⁷ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 3460 ED, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-047 - publicado em 12/03/15 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

Quanto à legitimidade para ser *amicus curiae*, este poderá ser pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada com representatividade adequada, isto é, que demonstre de fato interesse institucional – não confundir com interesse jurídico já debatido neste projeto– na demanda.

A exigência desta “representatividade adequada” é indispensável para a intervenção, pois se a não possuir, não há função social para o processo. Ademais, ter representatividade adequada não significa que o *amicus curiae* precise levar ao processo a manifestação unânime daqueles que representa, corroborando o que dispõe a Súmula 630 do STF que *a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria*.

Antes do advento do Novo Código de Processo Civil, não era reconhecido o ingresso do *amicus curiae* na jurisprudência, provocado por pessoa natural, ou seja, pessoa física.

Atualmente a questão em debate fora brilhantemente superada pela letra da lei disposta no artigo 138 do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista que o auxílio técnico que se almeja no processo não merecerá ficar condicionado às informações prestadas por pessoas jurídicas.

03.02. FORMA PROCESSUAL PARA ATUAÇÃO DO ENTE

O ingresso do *amicus curiae* no processo, se espontâneo, inicia-se por apresentação de pedido formal, por meio de petição escrita ao juiz da causa com a exposição dos motivos justificando a necessidade de sua intervenção. Este pedido pode ser aceito, ocasião em que o *amicus curiae* de fato veste o personagem de amigo da

corte e auxiliará no processo e conseqüentemente no convencimento final do juízo, ou o pedido pode ser rejeitado, não integrando a demanda em questão.

Caso haja a rejeição do pedido, há controvérsia doutrinária e jurisprudencial, com conflito de interpretação nas leis inclusive, acerca da possibilidade do *amicus curiae* recorrer da decisão que indeferir o seu ingresso – questão esta que será tratada nos próximos capítulos.

Com relação ao ingresso provocado, a intervenção do *amicus curiae* inicia-se com o pedido do próprio juiz ou das partes no processo, formalizado em petição, tendo o *amicus curiae* indicado o prazo de 15 dias para se manifestar nos autos a partir da data de juntada aos autos do comprovante de sua intimação.

O ingresso do *amicus curiae* na demanda independe de representação por advogado, pois a capacidade postulatória deverá estar presente somente quando se postula algo, o que não é o caso do *amicus curiae*, considerando que ele estará à disposição do juiz, das partes, do processo em si para auxiliar a resolução da demanda e não em promover qualquer pleito perante o magistrado.

O *amicus curiae* apresentará em sua petição todas as informações que entender serem plausíveis para o deslinde da demanda, bem como poderá promover a juntada de documentos, pesquisas estatísticas e tudo o que for pertinente para fundamentar e comprovar suas razões ali aportadas.

Em caso de apresentação de manifestação do *amicus curiae* fora do prazo, caberá ao juiz aceitar o ou não sua manifestação, considerando ainda que se deve esperar uma duração razoável do processo, não sendo plausível atrasos na sua participação.

Poderá no curso do processo, o juiz requerer oitiva do *amicus curiae*, caso haja opiniões diversas acerca de um determinado tema. Segundo comentário de Paulo César Pinheiro Carneiro sobre o tema *a riqueza do debate de teses sérias e*

*antagônicas para esclarecer matérias de grande repercussão social constitui importante elemento de esclarecimento e de colaboração para formar o convencimento do juiz.*⁴⁸

Portanto, pode-se concluir que em nosso sistema, diferente do americano que não admite a sustentação oral do *amicus curiae*, é admitida a manifestação oral do ente. Tanto é admitida que além da oitiva do *amicus curiae* requerida pelo juízo, poderá também este fazer alegações orais em audiências e sessões de julgamento.

Pertinente pontuar ainda que o Supremo Tribunal Federal já vinha admitindo a sustentação oral do *amicus curiae*, vide ADI 2.777⁴⁹, modificando inclusive o Regimento Interno do STF no §1º do art. 131, dispondo que *admitida a intervenção de terceiros no processo de controle de constitucionalidade, fica-lhes facultado produzir sustentação oral, aplicando-se, quando for o caso, a regra do §2º o art. 132 deste regimento.*⁵⁰

Imperioso ainda destacar que sempre será necessária a existência do contraditório antes de deferir o ingresso do *amicus curiae*. Portanto, se uma das partes requerer o ingresso do *amicus curiae*, o juiz deverá intimar a parte contrária a se manifestar a respeito para então proferir sua decisão com relação à participação deste no processo. Se o ingresso do *amicus curiae*, for solicitado pelo próprio juiz, poderão as partes da mesma forma serem intimadas a se manifestar sobre o pedido judicial.⁵¹

⁴⁸ CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Coordenação: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer. Rio de Janeiro, Forense 2015 – p. 250 a 264

⁴⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 2.777 - MS - Relator Min. Sydney Sanches - DJ 08/03/2002 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

⁵⁰ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Regimento Interno do STF no §1º do art. 131 - <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf> - acessado em 05/03/16

⁵¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume 1. 25ª edição. São Paulo. Atlas: 2014.

Quanto ao momento processual para seu ingresso, este poderá ser requerido a qualquer tempo, desde que seja até a data que o relator liberar o processo para pauta ou o juiz de 1ª instância remeter os autos à conclusão. O referido entendimento tem como pano de fundo julgados do Supremo Tribunal Federal, destacando-se dentre eles o ADI 4.071 AgR/DF⁵².

Diversamente desse entendimento, fundamentando no parágrafo 1º do art 9º da Lei 9.868/99, Carreira Alvim argumenta que não haveria razão para limitação de data para ingresso do *amicus curiae* na lide, tendo em vista que em caso de necessidade de esclarecimentos de e/ou de fatos, o relator poderá requisitar informações adicionais, designar peritos, fixar data para realização de audiência pública e ouvir depoimentos, desta forma, não haveria razão para se vetar a participação do *amicus curiae* diante da constatada relevância de sua participação no julgamento. Nesse sentido prossegue esclarecendo:

Na prática, pode acontecer, por exemplo, que uma entidade com representatividade adequada, que esteja acompanhando o julgamento da causa pelo STJ -, o que pode consumir várias sessões, em razão de diversos pedidos de vista -, venha a perceber pelos votos já proferidos, que faltam aos julgadores conhecimentos sobre a matéria em análise, e se disponham a intervir como *amicus curiae*, atuando como colaborador do tribunal justo para prestar os devidos esclarecimentos. **Nesse caso, não há motivo para se impedir a intervenção do *amicus curiae*, pelo fato de estar em curso o julgamento, porquanto a intervenção, mesmo tardia, poderá mudar os rumos da decisão colocando a tese jurídica nos trilhos.**⁵³ (destaques nossos)

No que tange a competência, importante frisar que esta não será alterada em detrimento do ingresso do *amicus curiae*. Portanto, eventual ingresso de ente federal em demanda ajuizada na justiça estadual não faz com que a demanda seja

⁵² BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADI 4.071 AgR/DF - Relator Min. Menezes Direito - DJ 22/04/09 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

⁵³ ALVIM, José Eduardo Carreira. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. volume 22. Curitiba: Juruá – 2015. p. 311 a 322

remetida para justiça federal, tendo em vista que os *amici curiae* não são partes no processo, conforme já explanado.⁵⁴

Por fim, acerca da possibilidade do *amicus curiae* recorrer de decisão de mérito no processo em que for participante, embora ao longo desses anos sem regulamentação específica, houveram manifestação favoráveis à apresentação de recurso por parte do *amicus curiae* nos casos em que a decisão atingir individualmente seus interesses (Scarpinella Bueno – *Amicus Curiae*), no entanto a jurisprudência coaduna com o entendimento de que não seria possível:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO CAUTELAR DEFERIDA EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). OPOSIÇÃO POR *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. **1. Segundo jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, colaboradores admitidos em processos objetivos e causas com repercussão geral na condição de *amicus curiae* não detém legitimidade para recorrer de decisões de mérito, ainda que tenham participado do julgamento mediante a oferta de elementos de informação.** 2. Embargos de declaração não conhecidos.⁵⁵ (destaques nossos)

Por fim, com o advento do Código de Processo Civil de 2015 tal dúvida foi inteiramente sanada pelo parágrafo 1º do artigo 138.

⁵⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume 1. 25ª edição. São Paulo. Atlas: 2014.

⁵⁵ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADPF 77 MC-ED-segundos, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno - publicado em 08/05/15 - www.stf.com.br - acessado em 06/03/16

04.02.01. *A participação do amicus curiae no Juizado Especial Cível.*

O enquadramento do *amicus curiae* no capítulo de intervenção de terceiro no Código Processual Civil nos traz soluções para alguns conflitos, mas nos traz também novos conflitos ao que parecia já estar solucionado.

Não havendo disposição legal anteriormente ao advento da nova lei, não havia também uma rotulagem formal do *amicus curiae* ser terceiro no processo. Isto posto, criou-se uma margem para analogias no sentido de que negar o ingresso do *amicus curiae* no processo, mesmo que se tratando de Juizado Especial Cível, seria o mesmo que negar a participação do Ministério Público, que detém características do ente, no que tange a representatividade institucional no processo e relevante auxílio às demandas.

Scarpinella Bueno, nesse sentido justifica que *o amicus curiae é fundamentalmente, fator de aprimoramento da qualidade da tutela jurisdicional e a essa diretriz não é arredo o procedimento sumário e nem os Juizados Especiais.*⁵⁶

Parece que mesmo com a categorização do *amicus curiae* sendo terceiro interventor no processo, a função social que se busca atingir, ofuscará a questão formal e flexibilizará a possibilidade de ingresso no ente nas demandas de natureza especial.

⁵⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012

03.03. DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES QUE INDEFEREM O INGRESSO DO *AMICUS CURIAE*

A Lei, a doutrina e a jurisprudência sempre divergiram acerca do instituto da figura *amicus curiae*, isso não é novidade.

Não bastasse a divergência acerca do real enquadramento na esfera jurídica do *amicus curiae*, até a positivação no Novo Código de Processo Civil, pairavam dúvidas acerca de sua legitimação para atuar nos processos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, pois conforme regulamentação da Lei que dispõe acerca das ADINS embora não haja permissão para intervenção de terceiros, a figura do *amicus curiae* será admitida considerando o interesse social e relevante comoção da matéria objeto da discussão levada à Suprema Corte.

No entanto, mesmo o Supremo Tribunal Federal ter "pacificado" outrora entendimento acerca de que não seria admitida a recorribilidade de decisões de ingresso do *amicus curiae* nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, considerando que este não é parte no processo, portanto não legitimado a interpor qualquer recurso⁵⁷ a julgamento diverso na Nobre Corte acerca da narrada controvérsia acerca da discussão e se caberia recurso pelo ente nos casos em que não for admitido seu ingresso na ação, considerando o relevante interesse coletivo em sua atuação na demanda⁵⁸.

Os embargos de declaração opostos pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRASILCON e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC que ingressaram na ADIN 2.591-1 em questão, na figura de

⁵⁷ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.591-1 - Relator Min. Eros Grau - DJ 13/04/2007 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

⁵⁸ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.396 Repercussão Geral - Portaria – Revogação Portaria nº 89, de 6.5.2015 - Revoga a Portaria nº 138, de 23.7.2009. Publicada no DJE/STF, n. 87, p. 1, em 12.5.2015. - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

amicus curiae foram rejeitados pela Suprema Corte, sob fundamento de que não possuem legitimidade recursal.

Fundamentou o Ministro Relator do processo Eros Grau que as entidades participantes na qualidade de *amicus curiae* nos processos objetivos de controle de constitucionalidade, mesmo que aportando aos autos informações relevantes aos dados técnicos, contribuindo de forma significativa à Corte, não teriam, contudo, legitimidade para recorrer. Mencionou que este era o entendimento explícito do STF citando diversos julgados nesse sentido.

Na ocasião do julgamento, o Ministro Marco Aurélio, reforçou que o *amicus curiae*, na qualidade de terceiro, deveria simplesmente e tão somente esclarecer matéria de indagação por não atuar como parte na ação.

Sob outra ótica, o Ministro Carlos Ayres Britto, entendendo a possibilidade de recurso pelos entes embargantes, asseverou: "*o ADI é um mecanismo de que se vale a Constituição para se defender, para que seus dispositivos sejam prontamente respeitados, tudo que vier nesse sentido, de facilitar integridade, o respeito aos comandos constitucionais, deve ser visto com bons olhos. Com certa generosidade, até. Portanto, sou pelo conhecimento da preliminar.*"

O julgamento findou-se com o entendimento de que não seria admissível recurso por parte dos entes na figura de *amicus curiae*.

Outrossim, na ocasião a Ministra Carmen Lucia havia pontuado que em caso de inadmissibilidade de ingresso do *amicus curiae* na ação, poderia este interpor agravo, não sendo tal questão argumentada e levada adiante pelos outros julgadores.

Demonstrou-se evidenciado no Acórdão em comento, que o *amicus curiae* não seria parte no processo, portanto evidente impossibilidade de recorrer. A própria Lei 9868/99 que regulamenta as ADINS, não esclarecia de fato o que seria a

figura do *amicus curiae*, apenas definia que este poderia atuar como auxiliar nas ações diretas de inconstitucionalidade, não lhe legitimando como parte interessada. Ademais a própria lei é clara ao não admitir a intervenção de terceiros, portanto, entende-se que foi aberta esta "brecha" para o ingresso do *amicus curiae* em razão do relevante interesse social *sub judice*.

No sentido estrito da legislação atual, não há de fato, subsídios para se argumentar de forma contrária, sendo este o posicionamento de alguns doutrinadores que discursam pela ilegitimidade do *amicus curiae* para interpor recursos em ADINS, como discorre Mirella de Carvalho:

Esta definição reveste-se de peculiar importância em razão de revelar a essência do instituto [do *amicus curiae*], indeferindo-se, portanto, que ele não se justifica na prestação de auxílio a qualquer das partes (o que não implica que da sua atuação não possa decorrer tal efeito), ausente o caráter ad coadjuvandum. Tampouco tem por objetivo a defesa de interesse jurídico próprio, mediato ou imediato, podendo-se definir como seu principal – talvez não único – escopo a colaboração à administração da justiça, propiciando aperfeiçoamento da tutela jurisdicional. Sua atuação pode ser proveitosa a alguma das partes, como também, pode não sê-la, prestando-se apenas a veicular esclarecimentos de fato ou direito, visando à sua correta apreciação pelo juízo e melhor aplicação da lei ao caso concreto, o que, em tese, seria de interesse comum aos litigantes"⁵⁹

Dameres Medina, entende que a inexistência do direito subjetivo do *amicus curiae* a ingressar no processo de controle de constitucionalidade conduz à impossibilidade de reconhecer o interesse recursal deste. Fundamenta também que a permissão do recurso para o ente é prejudicial para a celeridade processual.⁶⁰

⁵⁹ AGUIAR, Mirella de Carvalho. *Amicus Curiae*. Salvador: Juspodivm, 2005

⁶⁰ MEDINA, Dameres. *Amicus Curiae: Amigo da Corte ou Amigo da Parte?* São Paulo: Saraiva, 2010.

Por não estar atuando em interesses próprios, o *amicus curiae* não poderia, portanto, para parte da doutrina e jurisprudência recorrer de decisões exaradas, devendo ser considerado este apenas como figura auxiliar na elucidação dos fatos ali discutidos sendo mero espectador do processo e assistente no que compreender à sua alçada técnica.

Diversamente do entendimento de parte da corrente doutrinária e jurisprudencial, o Acórdão acerca do Agravo Regimental na ADIN 3396, acerca da possibilidade de recurso por parte do *amicus curiae*, é de extrema relevância, considerando o contexto social atual.

A ADIN 3396 foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e questiona o artigo 4^a da Lei Federal 9.527/97, o qual determina que a relação empregatícia dos advogados que atuam em órgãos públicos e sociedades de economia mista é distinta da estabelecida pelo Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), tendo na figura de *amicus curiae* a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O agravo regimental em debate no julgamento do recurso mencionado buscava reverter a decisão que indeferiu a intervenção processual do Procurador da Fazenda na ADIN. Sustentou o agravante em suas razões que "*a alegação por parte deste, dos fatos e direitos podem influenciar na decisão judicial, é direito fundamental do cidadão (Direitos Humanos), dos advogados, que não pode ser relegado pelo Guardião da Constituição, sob pena de restrição do acesso à Justiça, de restrição infundada da liberdade de expressão, da liberdade de manifestação, etc.*".

No julgamento, pairou a discussão se é possível conhecer do recurso do agravante, tendo em vista que o recorrente atua como *amicus curiae*.

O ministro Marco Aurélio iniciou defendendo o não cabimento do recurso por considerar que a decisão do relator nesse caso é "irrecorrível". Por outro lado, o ministro Celso de Mello argumentou que a jurisprudência do STF é de conhecer o agravo regimental ajuizado por aquele que teve negada a admissão como *amicus*

curiae. O presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, e os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber acompanharam a divergência, enquanto os ministros Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski votaram com o relator.

Ocorre, que em razão do "empate técnico" acerca do posicionamento e por tratar-se de questão que alteraria a jurisprudência já consolidada na Corte, o Plenário entendeu na época (meados de 2012) por bem suspender o julgamento e aguardar a posição dos Ministros ausentes, em razão da matéria debatida ser de extrema relevância e mudança de paradigmas da Corte.

Em informativo publicado pelo STF de número 785 houve direcionamento diverso ao entendimento de que o *amicus curiae* não possui poder de recurso, conforme transcrito trecho abaixo:

VOTO: Preliminarmente, conheço do presente recurso de agravo, considerando, para tanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que admite a possibilidade de impugnação recursal, por parte de terceiro, quando recusada, como na espécie, a sua intervenção como “*amicus curiae*” (ADI 3.105-ED/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO – ADI 3.934-ED-segundos-AgR/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, v.g.):

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR ‘AMICUS CURIAE’. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. INTERPRETAÇÃO DO § 2º DA LEI N. 9.868/99.
 1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é assente quanto ao não-cabimento de recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade.
 2. Exceção apenas para impugnar decisão de não-admissibilidade de sua intervenção nos autos.
 3. Precedentes.
 4. Embargos de declaração não conhecidos.”
 (ADI 3.615-ED/PB, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – grifei)

Vê-se, portanto, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal entende cabível o recurso de agravo quando interposto contra decisão do Relator que não admite a intervenção formal de terceiro, como “*amicus curiae*”, no processo de controle normativo abstrato. Esta Corte Suprema, na realidade, buscando viabilizar o acesso de terceiros com representatividade adequada e, assim, permitir a pluralização do debate constitucional, construiu entendimento jurisprudencial no sentido de submeter à

revisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, mediante recurso de agravo, o ato decisório que nega a possibilidade de intervenção do “*amicus curiae*”. O recurso em questão, unicamente cabível na hipótese de recusa da intervenção de terceiros como “*amicus curiae*”, qualifica-se, na vasta tipologia das espécies recursais, como recurso “*secundum eventum litis*”.

É por isso – insista-se – que esta Corte tem reconhecido legitimidade recursal ao terceiro quando não admitido, pelo Relator, como “*amicus curiae*” (ADI 3.105-ED/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO – ADI 3.615-ED/PB, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.).

(...)

Cabe observar que o Supremo Tribunal Federal, em assim agindo, não só garantirá maior efetividade e atribuirá maior legitimidade às suas decisões, mas, sobretudo, valorizará, sob uma perspectiva eminentemente pluralística, o sentido essencialmente democrático dessa participação processual, enriquecida pelos elementos de informação e pelo acervo de experiências que o “*amicus curiae*” poderá transmitir à Corte Constitucional, notadamente em um processo – como o de controle abstrato de constitucionalidade – cujas implicações políticas, sociais, econômicas, jurídicas e culturais são de irrecusável importância, de indiscutível magnitude e de inquestionável significação para a vida do País e a de seus cidadãos.⁶¹(destaques nossos).

Cumprido destacar que houve uma mudança de ótica acerca da questão perante o Supremo, o que pode ser facilmente associada a questão de que o instituto do *amicus curiae* estava prestes a ser regulamentado pelo Novo Código de Processo Civil.

Para Paulo César a nova lei processual conferiu dois poderes ao *amicus curiae*: a possibilidade de oposição de embargos de declaração, previsto no artigo 138, § 1º e a possibilidade de recorrer de decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas, disposto no parágrafo 3º do artigo supracitado.⁶²

⁶¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. informativo publicado pelo STF de número 785 (de 11 a 15 de maio de 2015) - <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo785.htm> - acessado em 05/03/16

⁶² CARNEIRO. Paulo César Pinheiro. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Coordenação: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer. Rio de Janeiro, Forense 2015 – p. 250 a 264

Tais hipóteses, segundo o autor, foram acrescentadas pela Câmara dos Deputados durante a tramitação do projeto do novo código, por considerarem que independentemente do interesse que motive o *amicus curiae*, sua intervenção processual tem por finalidade colaborar com o juiz e com o processo e não com intenção de obter o “seu ponto de vista”.

Embora, ainda, no parágrafo único do artigo 318 do Novo Código haja disposição expressa acerca de irrecorribilidade do *amicus curiae*, salvo nos casos previstos pelo art. 138, §3º, a discussão acerca de ilegitimidade do ente para interposição do recurso está longe de se chegar ao fim. Isso porque, conforme bem asseverado pelo Professor Cássio Scarpinella Bueno, na própria norma há possibilidade de interpretação favorável à admissão do recurso.

Argumenta em sua obra que em razão da nova lei considerar o *amicus curiae* terceiro interessado, seria, portanto, admitido o recurso de agravo, estando em conflito o que dispõe o artigo 318 do Novo CPC, pois é admissível agravo de instrumento nas decisões que não permitem a intervenção de terceiro, coisa que a própria nova lei diz que o *amicus curiae* é.⁶³

A jurisprudência atual acompanha este entendimento:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – DESNECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO PLENÁRIO VIRTUAL, PARA EFEITO DE RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL, QUANDO INVIÁVEL O APELO EXTREMO – (RISTF, ART. 323) – FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL (CF, ART. 125, § 2º) – RECONHECIMENTO, PELA CORTE JUDICIÁRIA LOCAL, DA VALIDADE CONSTITUCIONAL DE LEI DISTRITAL QUE VEDA A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM DETERMINADAS ÁREAS, COMO ESTACIONAMENTOS DE SUPERMERCADOS – REGULAÇÃO

⁶³ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012

ESTATAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA EXCEPCIONALMENTE MOTIVADA POR RAZÕES DE ELEVADO INTERESSE SOCIAL E DE SEGURANÇA DA COLETIVIDADE – CIRCUNSTÂNCIA QUE LEGITIMA, EM FACE DE ATIVIDADE EMPRESARIAL DE RISCO, A ATUAÇÃO NORMATIVA DO PODER PÚBLICO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – DOCTRINA – PRECEDENTES – “AGRAVO REGIMENTAL” INTERPOSTO POR “*AMICUS CURIAE*” CONTRA A DECISÃO QUE JULGOU O PRÓPRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO – INCOGNOSCIBILIDADE, PORQUE UNICAMENTE ADMISSÍVEL A IMPUGNAÇÃO RECURSAL PELO “*AMICUS CURIAE*” QUANDO DEDUZIDA CONTRA DECISÃO QUE NÃO LHE ADMITIU O INGRESSO NA CAUSA – FINALIDADE E PODERES PROCESSUAIS INERENTES À FIGURA DO “*AMICUS CURIAE*” – NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – “AGRAVO REGIMENTAL” DA ABRAS (“*AMICUS CURIAE*”) NÃO CONHECIDO. REPERCUSSÃO GERAL E INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO – A repercussão geral, para que possa ser apreciada, pressupõe a satisfação dos requisitos mínimos de admissibilidade inerentes ao recurso extraordinário ou a inoportunidade de situação que, por outro motivo, inviabilize o próprio apelo extremo (RISTF, art. 323), de tal modo que, desatendidos tais pressupostos, o exame da existência da repercussão geral não será submetido ao Plenário Virtual. **Precedentes. LEGITIMIDADE RECURSAL DO “*AMICUS CURIAE*” – A legitimidade recursal do “*amicus curiae*” tem sido reconhecida somente na hipótese singular em que lhe seja negado o ingresso formal na causa.** Situação inócua na espécie. Consequente incoercibilidade do recurso de agravo por ele deduzido....⁶⁴ (destaques nossos)

Denota-se, portanto, que nem mesmo a Lei terá o condão de sanar a controvérsia existente acerca do *amicus curiae* e sua legitimação para recorrer, o que só aumenta a necessidade de se apurar o caso concreto para tomada de qualquer decisão por parte do STF, se socorrendo obviamente da doutrina e do contexto político-social,

⁶⁴ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. RE 597165 AgR, Relator Min. Celso de Mello - Segunda Turma, julgado em 28/10/2014, publicado em 09/12/14 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

sem, contudo, deixar de se atender aos princípios fundamentais constitucionais que é de se atender aos interesses coletivos.

04. O *AMICUS CURIAE* E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

O controle de constitucionalidade no Brasil caracteriza-se pelos controles difusos e concentrados. Sabe-se ainda que o controle concentrado é feito exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, da ação declaratória de constitucionalidade e da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

A Lei 9868/99 que dispõe sobre o processo das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade, contém expressa vedação de intervenção de terceiros, no entanto deixa brechas quando dispõe a possibilidade de manifestação de outros órgãos ou entidades em seu artigo 7º, §2º. Na Lei 9.882/99 que delibera acerca das ações de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não há qualquer vedação ao ingresso do *amicus curiae*, sendo a intervenção do ente praticada costumeiramente conforme verifica-se na jurisprudência.

Com relação ao ingresso do *amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade, embora houvesse vedação na lei para ingresso de terceiro, o próprio dispositivo tutelava desde o seu surgimento, a possibilidade de ingresso do ente: “*O relator, considerando a relevância da matéria a representatividade dos postulantes, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades*”

Evidentemente que atualmente a questão acerca da possibilidade do ingresso do *amicus curiae* nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade está pacificadamente superada.

Nesse sentido, antes da mesma da edição da lei, o Supremo Tribunal Federal já havia admitido o ingresso do *amicus curiae* no julgamento do Agravo

Regimental na ADIn nº 748-4/RS, tendo como relator o Ministro Celso de Mello, como já visto em capítulo anterior deste projeto.

A Lei 9868/99 dispõe que o relator poderá admitir o ingresso do ente, considerando a relevância da matéria debatida. Tendo em vista que o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade transforma o órgão jurisdicional em verdadeiro órgão político, é correto afirmar que basta o ajuizamento da ação para que a matéria seja considerada relevante.⁶⁵

No que tange à legitimidade para intervenção do *amicus curiae*, embora houvesse disposição contrária, a questão foi vastamente superada, cabendo aqui a argumentação de Nelson Nery Jr e Rosa Maria Andrade Nery, que argumentaram que o relator poderá admitir a manifestação de pessoa física ou jurídica, professor de direito, associação civil, cientista, órgão e entidade, desde que tenha respeitabilidade, reconhecimento científico ou representatividade para opinar sobre a matéria objeto da ação direta.⁶⁶

Sobre a questão da representatividade, o STJ se posicionou em Acórdão no RECURSO ESPECIAL Nº 1.028.592 - RS (2008/0030559-2) em julgamento de Recurso Repetitivo, tendo como Relatora a Ministra Eliana Calmon que fundamentou:

Estabelecidas essas premissas, verifico que os pedidos de intervenção dos terceiros, na qualidade de *amicus curiae*, foram formulados por pessoas jurídicas contribuintes do empréstimo compulsório e que, por isso, além de não contarem com a necessária representatividade, têm interesse subjetivo no resultado do julgamento. Além disso, como se depreende dos dispositivos acima transcritos, trata-se faculdade do relator e não de norma imperativa. Na hipótese dos autos, entendo que esta Corte já dispõe de elementos suficientes

⁶⁵ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012

⁶⁶ NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 1599-1600

à ampla discussão da controvérsia. Indefiro, pois, o pedido de intervenção das pessoas identificadas na petição n. 255991/2008 na qualidade de *amicus curiae* e determino o desentranhamento da referida peça processual.

EMENTA TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA – DECRETO-LEI 1.512/76 E LEGISLAÇÃO CORRELATA – RECURSO ESPECIAL: JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO NA QUALIDADE DE *AMICUS CURIAE* – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: INEXISTÊNCIA – PRESCRIÇÃO: PRAZO E TERMO A QUO – CORREÇÃO MONETÁRIA – CONVERSÃO DOS CRÉDITOS EM AÇÕES: VALOR PATRIMONIAL X VALOR DE MERCADO – JUROS REMUNERATÓRIOS – JUROS MORATÓRIOS – TAXA SELIC. **I. *AMICUS CURIAE* : As pessoas jurídicas contribuintes do empréstimo compulsório, por não contarem com a necessária representatividade e por possuírem interesse subjetivo no resultado do julgamento, não podem ser admitidas como *amicus curiae* .⁶⁷ (destaques nossos)**

Nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade, novamente, o silêncio da lei não impediu que fosse admitida a participação dos *amicus curiae*, se aplicando a estas o mesmo entendimento adotado para Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Para as ações de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, as ADPFs, conforme disposição legal na Lei 9.882/99 há ainda previsão para que o relator “possa ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado – Geral da União ou o Procurador Geral da República”

A jurisprudência consolidou irrefutavelmente o ingresso do a *amicus curiae* nas ADIns e nas ADPFs:

⁶⁷ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1.028.592 - RS (2008/0030559-2) em julgamento de Recurso Repetitivo, Relatora Min. Eliana Calmon - DJe 27/11/2009 - www.stj.com.br - acessado em 05/03/16

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDAS CAUTELARES. PROVIMENTO Nº 747/2000, DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PROVIMENTO Nº 750/2001. REORGANIZAÇÃO DAS DELEGAÇÕES DE REGISTRO E DE NOTAS DO INTERIOR DO ESTADO. ATOS NORMATIVOS ABSTRATOS E GENÉRICOS. CABIMENTO. LEGITIMIDADE ATIVA. ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL. RECONHECIMENTO. ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO. COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS. ART. 96, I, B DA CF. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. 1. Evidenciada a presença de comandos que dispõem genericamente e para o futuro sobre todas as serventias de notas e registros do interior paulista, possui o Provimento impugnado a característica de ato normativo passível de exame no controle concentrado de constitucionalidade. 2. A legitimidade ativa da ANOREG - associação cujo enquadramento na hipótese prevista do art. 103, IX, 2ª parte da CF já foi confirmado por este Tribunal - não pode ser afastada por mera manifestação em sentido contrário promovida por seccional de outra entidade similar. 3. Não se tratando da criação de novos cargos públicos, possuem os Tribunais de Justiça estaduais competência para delegar, acumular e desmembrar serviços auxiliares dos juízos, ainda que prestado por particulares, como os desempenhados pelas serventias extrajudiciais. 4. Medida cautelar indeferida, por maioria, pela ausência de conveniência na suspensão dos Provimentos impugnados e de plausibilidade dos fundamentos da inicial.⁶⁸

E M E N T A: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - ADMISSIBILIDADE - OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 1º) - JURISPRUDÊNCIA - POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA ADPF QUANDO CONFIGURADA LESÃO A PRECEITO FUNDAMENTAL PROVOCADA POR INTERPRETAÇÃO JUDICIAL (ADPF 33/PA e ADPF 144/DF, v.g.) - ADPF COMO INSTRUMENTO VIABILIZADOR DA INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO -

⁶⁸ BRASIL, Supremo Tribunal Federal - ADI 2415 MC, Relator Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno - DJ 20/02/04 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL RELEVANTE MOTIVADA PELA EXISTÊNCIA DE MÚLTIPLAS EXPRESSÕES SEMIOLÓGICAS PROPICIADAS PELO CARÁTER POLISSÊMICO DO ATO ESTATAL IMPUGNADO (CP, art. 287) - MAGISTÉRIO DA DOUTRINA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ADPF CONHECIDA. “*AMICUS CURIAE*” - INTERVENÇÃO PROCESSUAL EM SEDE DE ADPF - ADMISSIBILIDADE - PLURALIZAÇÃO DO DEBATE CONSTITUCIONAL E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL - DOUTRINA - PRECEDENTES - PRETENDIDA AMPLIAÇÃO, POR INICIATIVA DESSE COLABORADOR PROCESSUAL, DO OBJETO DA DEMANDA PARA, NESTA, MEDIANTE ADITAMENTO, INTRODUIR O TEMA DO USO RITUAL DE PLANTAS ALUCINÓGENAS E DE DROGAS ILÍCITAS EM CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS, A SER ANALISADO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA - MATÉRIA JÁ VEICULADA NA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, DE 1971 (Artigo 32, n. 4), DISCIPLINADA NA RESOLUÇÃO CONAD Nº 1/2010 E PREVISTA NA VIGENTE LEI DE DROGAS (Lei nº 11.343/2006, art. 2º, “caput”, “in fine”) - IMPOSSIBILIDADE, NO ENTANTO, DESSE ADITAMENTO OBJETIVO PROPOSTO PELO “*AMICUS CURIAE*” - DISCUSSÃO SOBRE A (DESEJÁVEL) AMPLIAÇÃO DOS PODERES PROCESSUAIS DO “*AMICUS CURIAE*” - NECESSIDADE DE VALORIZAR-SE, SOB PERSPECTIVA EMINENTEMENTE PLURALÍSTICA, O SENTIDO DEMOCRÁTICO E LEGITIMADOR DA PARTICIPAÇÃO FORMAL DO “*AMICUS CURIAE*” NOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA. MÉRITO: “MARCHA DA MACONHA” - MANIFESTAÇÃO LEGÍTIMA, POR CIDADÃOS DA REPÚBLICA, DE DUAS LIBERDADES INDIVIDUAIS REVESTIDAS DE CARÁTER FUNDAMENTAL: O DIREITO DE REUNIÃO (LIBERDADE-MEIO) E O DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO (LIBERDADE-FIM) - A LIBERDADE DE REUNIÃO COMO PRÉ-CONDIÇÃO NECESSÁRIA À ATIVA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO PROCESSO POLÍTICO E NO DE TOMADA DE DECISÕES NO ÂMBITO DO APARELHO DE ESTADO - CONSEQUENTE LEGITIMIDADE, SOB PERSPECTIVA ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL, DE ASSEMBLEIAS, REUNIÕES,

MARCHAS, PASSEATAS OU ENCONTROS COLETIVOS REALIZADOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS (OU PRIVADOS) COM O OBJETIVO DE OBTER APOIO PARA OFERECIMENTO DE PROJETOS DE LEI, DE INICIATIVA POPULAR, DE CRITICAR MODELOS NORMATIVOS EM VIGOR, DE EXERCER O DIREITO DE PETIÇÃO E DE PROMOVER ATOS DE PROSELITISMO EM FAVOR DAS POSIÇÕES SUSTENTADAS PELOS MANIFESTANTES E PARTICIPANTES DA REUNIÃO - ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO DIREITO FUNDAMENTAL DE REUNIÃO PACÍFICA E O PONIBILIDADE DE SEU EXERCÍCIO AO PODER PÚBLICO E AOS SEUS AGENTES...⁶⁹

DECISÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ - ANENCEFALIA. 1. Em 17 de junho do corrente ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS formalizou argüição de descumprimento de preceito fundamental, indicando como vulnerados os artigos 1º, inciso IV (dignidade da pessoa humana), 5º, inciso II (princípio da legalidade, liberdade e autonomia da vontade), 6º, cabeça, e 196 (direito à saúde), todos da Constituição Federal, e, como a causar lesão a esses princípios, o conjunto normativo representado pelos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848/40. Presente a antecipação terapêutica do parto no caso de feto anencéfalo e a possível glosa penal, requereu pronunciamento a conferir interpretação conforme a Carta da República das normas do Código Penal, afastando-as no caso de se constatar a existência de feto anencéfalo, de modo a viabilizar, com isso, a atuação médica interruptiva da gravidez. Ressaltou a ausência de instrumental próprio para lograr tal finalidade, citando o ocorrido com a apreciação do Habeas Corpus nº 84.025-6/RJ, relatado pelo ministro Joaquim Barbosa, quando o Plenário, ante o termo da gestação e a morte do feto anencéfalo, declarou o prejuízo da medida. Pleiteou a concessão de medida acauteladora, tendo em conta a dinâmica da vida. A inicial fez-se acompanhada dos documentos de folha 26 a 148. Em 21 de junho de 2004, consignei, à folha 151, a confecção de relatório e voto em fita magnética, declarando-me habilitado a submeter o pedido acautelador ao Plenário. Em peça protocolizada em 23 de junho de 2004, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, reportando-se

⁶⁹BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADPF 187, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, publicado em 29/05/14 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

ao § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.882/99, solicitou fosse admitida no processo como *amicus curiae*, o que foi indeferido por meio da decisão de folha 156. O encerramento do semestre judiciário sem o referido exame pelo Colegiado levou-me ao exercício monocrático do crivo, vindo a implementar a tutela de urgência, remetendo-a à análise do Plenário (folha 158 a 164). De acordo com a certidão de julgamento de folha 167, em 2 de agosto de 2004, ou seja, na abertura do segundo semestre judiciário do ano em curso, o Plenário deliberou, sem voto discrepante, em apreciar o tema em definitivo, abrindo-se vista do processo ao Procurador-Geral da República. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ainda durante as férias coletivas de julho, requereu a reconsideração do ato mediante o qual não foi admitida como *amicus curiae*, havendo despachado o Presidente no sentido de se submeter tal requerimento ao relator (folha 169). Com a decisão de folhas 171 e 172, foi mantido o indeferimento. A CNBB solicitou a juntada de cópia do respectivo estatuto civil (folha 174). Católicas pelo Direito de Decidir pleiteou também a integração ao processo (folha 177 a 182). Seguiu-se a decisão de folha 202, a resultar no indeferimento do pedido. Teve idêntico desfecho pretensão semelhante externada pela Associação Nacional Pró-vida e Pró-família (folha 204) e pela Associação do Desenvolvimento da Família (folha 231). O parecer do Procurador-Geral da República, de folha 207 a 218, está assim sintetizado: 1. O pleito, como apresentado, não autoriza o recurso à interpretação conforme a Constituição: considerações. 2. Anencefalia. Primazia jurídica do direito à vida: considerações. 3. Indeferimento do pleito. Em peça datada de 27 deste mês, o Procurador-Geral da República requereu a submissão do processo ao Plenário, em questão de ordem, para definir-se, preliminarmente, a adequação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 2. A matéria em análise deságua em questionamentos múltiplos. A repercussão do que decidido sob o ângulo precário e efêmero da medida liminar redundou na emissão de entendimentos diversos, atuando a própria sociedade. Daí a conveniência de acionar-se o disposto no artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999: Art. 6o (...) § 1o Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria. Então, tenho como oportuno ouvir, em audiência pública, não só as entidades que requereram a admissão no processo como *amicus curiae*, a saber: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Católicas pelo Direito de

Decidir, Associação Nacional Pró-vida e Pró-família e Associação de Desenvolvimento da Família, como também as seguintes entidades: Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Sociedade Brasileira de Genética Clínica, Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, Conselho Federal de Medicina, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sociais e Direitos Representativos, Escola de Gente, Igreja Universal, Instituto de Biotécnica, Direitos Humanos e Gênero bem como o hoje deputado federal José Aristodemo Pinotti, este último em razão da especialização em pediatria, ginecologia, cirurgia e obstetrícia e na qualidade de ex-Reitor da Unicamp, onde fundou e presidiu o Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas - CEMICAMP. Cumpre, antes dessa providência, elucidar a pertinência da medida intentada, em face da provocação do Procurador-Geral da República. O princípio da economia e celeridade processuais direciona ao máximo de eficácia da lei com o mínimo de atuação judicante. 3. Ao Plenário, para designação de data, visando à apreciação da questão de ordem relativa à admissibilidade da argüição de descumprimento de preceito fundamental. 4. Publique-se. Brasília, 28 de setembro de 2004. Ministro MARCO AURÉLIO Relator

(ADPF 54, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 28/09/2004, publicado em DJ 05/10/2004 PP-00004)⁷⁰

Oportuno ainda trazer recente julgado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2137241-60.2015.8.26.0000 em que figura como autor a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE RESTAURANTES – ANR e como réus o PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO e o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO em que se discutiu a inconstitucionalidade da Lei Municipal 16.222 de 25 de junho de 2015 que proibiu a produção e comercialização de *foie gras* (iguaria da culinária francesa consistente em fígado de ganso ou pato que foi forçosamente alimentado à exaustão) no âmbito do Município de São Paulo.⁷¹

⁷⁰ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. ADPF 54, Relator Min. Marco Aurélio, publicado em DJ 05/10/04 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

⁷¹ SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2137241-60.2015.8.26.0000 Requerente: Associação Nacional de Restaurantes ANR Requeridos: Prefeito do

Na ação em debate, houve pedido de ingresso como *amicus curiae* da Sociedade Vegetariana Brasileira, o que foi deferido pelo Relator, em objetivo e acertado esclarecimento:

No caso em testilha, o pleito da Sociedade Vegetariana Brasileira merece acolhimento. Em que pese a vedação à intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, contida no caput do artigo 7º da Lei nº 9.868/99, reputa-se admissível, consoante o disposto no parágrafo 2º do mesmo artigo, a manifestação de entidades. “Art. 7º -, § 2º - **O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos e entidades. Assim, admite-se a Sociedade Vegetariana Brasileira, mercê de seu inequívoco interesse no deslinde da lide e representatividade na discussão, na condição de amicus curiae**” (destaques nossos)

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se posicionado anteriormente nesse sentido em outro julgado recente:

AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Considerando a relevância da matéria e a representatividade de quem postula, o relator tem discricionariedade para admitir, ou não, a intervenção de terceiro como '*amicus curiae*'. Requisitos presentes. Decisão mantida. Agravo improvido.

A finalidade do amigo da Corte é pluralizar o debate e demonstrar as implicações decorrentes de uma eventual declaração de inconstitucionalidade, contribuindo para o deslinde da questão constitucional.

72

Município de São Paulo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Interessada: Sociedade Vegetariana Brasileira SVB Comarca: São Paulo Voto nº 22201 – Relator Sérgio Rui - Julgado em 24/02/16 - www.tjsp.com.br - acessado em 05/03/16

⁷² SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Agravo Regimental nº 2088794-41.2015.8.26.0000/50000 Agravante: Presidente da Câmara Municipal e São Paulo Agravado: Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - Aprofem Interessados: Partido Socialismo e Liberdade - Psol - Diretorio Estadual, Partido Socialismo e Liberdade (Psol) - Diretório Municipal de São Paulo e Prefeito

Verifica-se que o veto criado para ingresso de terceiro nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade não foi e não é empecilho para que o juízo possa admitir o auxílio de determinada pessoa física ou jurídica para que esta colabore com informações relevantes e fundamentais em razão desta deter vasto conhecimento de causa ou, fornecer ao juiz uma visão diferente das que estão expostas nos autos, para melhor decisão pelo magistrado

O que é relevante destacar é que mesmo antes da positivação do *amicus curiae* no Código de Processo Civil de 2015, sua admissão sempre foi desempenhar um papel de fiscal da lei, como o Ministério Público desempenha, e por isso não decorre de previsão legislativa, mas do sistema processual civil, isto é, das próprias normas de direito processual civil quando analisadas, como devem ser, desde a Constituição Federal desde o modelo constitucional do processo civil.

A partir deste pensamento, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desenvolveu o instituto do *amicus curiae* no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade.⁷³

do Município de São Paulo Comarca: São Paulo Voto nº 43.272OE – Relator Carlos Bueno - Julgado em 27/01/16 - www.tjsp.com.br - acessado em 05/03/16

⁷³ BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. Publicado originalmente em Revista Nacional da Magistratura. Ano II, n. 5. Brasília: Escola Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, maio de 2008.

05. CONCLUSÃO

Indubitavelmente o *amicus curiae* já estava amparado na norma nacional antes mesmo de sua inserção no Novo Código de Processo Civil de 2015. Como visto, a figura do *amicus curiae*, cuja origem exata permanece em discussão, já era esboçada na nossa jurisprudência e doutrina.

Evidencia-se que nossa sociedade civil está excessivamente coberta de interesses, dentre eles os jurídicos - os quais nos interessam - que podem ser legítimos ou não. Ocorre que esses interesses podem ser os interesses de uma parcela da sociedade ou de toda a população e em razão da ausência de litigiosidade direta, podem estes entes não estarem com a devida representatividade perante os nossos tribunais.

Ao passo que há por vezes confusão ou junção de interesses, não pode o juiz da causa, em que decide tais direitos fundados nos indicados interesses jurídicos, pautar-se somente em apenas um campo de visão ou estabelecer critérios apenas sob sua ótica.

Considerando que, embora haja a imparcialidade do juiz natural, o julgador de determinada demanda é sobretudo é um ser humano, um civil a serviço do Poder Público, possuindo, no entanto, suas convicções pessoais, experiências e inclinação para uma compreensão do litígio que esteja amparada pela sua bagagem intelectual e jurídica.

Por isso, é extremamente necessário, por vezes, este juiz contar com o auxílio de um ente, um terceiro, neste caso - obviamente referimo-nos ao *amicus curiae* - para que este, sendo alheio ao processo (pois conforme amplamente exposto, evidentemente este não é parte no processo) colabore acrescentando conhecimentos específicos acerca de determinado debate judicial, com informações, estudos direcionados à matéria discutida, documentos como meio de provas a embasar a

fundamentação e tudo o que for necessário para o enriquecimento da bagagem jurídica e pontualmente da matéria cerne do processo.

Sabe-se ainda que as decisões jurisdicionais têm o condão de impactar diretamente (nos casos das Ações de Controle de Constitucionalidade) ou indiretamente parcela da sociedade ou ela como um todo, motivo pelo qual o embasamento para decidir o processo deve partir de um juiz, que além de revestido de todos os princípios inerentes ao juiz natural, deve estar equipado de todos os dados possíveis sobre o objeto da lide e munido de argumentos de ambos os lados para que sua decisão seja justa, ou o mais próximo que esta puder ser, e sobretudo com riqueza de informações.

Neste contexto, o *amicus curiae* tem o papel fundamental de levar certos interesses que não necessariamente são interesses das partes do processo, mas da sociedade (ou parte dela) ao Estado-juiz.

A possibilidade de intervenção do *amicus curiae* é uma resposta do próprio sistema a uma necessidade das dificuldades, que, gradativamente, tem sido levadas ao Poder Judiciário para resolução. A participação dessa figura, na busca pela melhor solução para o caso concreto é a providência mais do que necessária para o fortalecimento da própria instituição.

Com o advento do Novo CPC, embora *amicus curiae* tenha sido alocado na parte que trata da intervenção de terceiros, não se pode restringir este ente, como mero terceiro, ou seja, aquele que não é parte e que não tem interesse, pois como é de se concluir, o *amicus curiae* possui sim interesse, não próprio, mas a representatividade dos interesses da sociedade ou de determinado grupo, mas ainda sim interesse, o já mencionado interesse institucional.

Se por um lado a positivação do *amicus curiae* foi proveitosa em razão do próprio reconhecimento formal do instituto, por outro, não logrou êxito considerando que restringiu da estrutura do diploma legal, a estrutura complexa e

relevante desta figura, pois repita-se: o *amicus curiae* não deveria e não deve ser tratado como mero terceiro.

Pode-se dizer ainda que *amicus curiae*, no direito pátrio, desempenha um papel complementar do exercido pelo Ministério Público – como fiscal da lei este e como fiscal dos interesses jurídicos da sociedade aquele – portanto, merecia ao menos maior exposição na lei acerca de suas grandiosas atribuições.

A Lei 13.105/15 ao invés de fornecer informações a fim de demonstrar de fato a relevância desta figura, cuidou de ressaltar o que este não pode fazer, por exemplo recorrer, como já demonstrado neste projeto. Naturalmente, tal discussão está longe de chegar ao fim, pois este não é o entendimento definitivo de boa parte da jurisprudência e doutrinadores.

Por fim, denota-se que caberá à jurisprudência, à nova doutrina e aos costumes, adequar a figura do *amicus curiae* ao que ele realmente é: detentor de interesses institucionais, responsável pela obtenção de decisões jurisdicionais com maior embasamento técnico e conseqüentemente mais democráticas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 3ª edição. São Paulo. Revista dos Tribunais: 1985-1986.

ALVIM, José Eduardo Carreira. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. volume 22. Curitiba: Juruá – 2015.

AGUIAR, Mirella de Carvalho. Amicus Curiae. Salvador: Juspodivm, 2005.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A suprema corte-americana: um modelo para o mundo – Revista Brasileira de Direito Comparado, Rio de Janeiro, 233: 201-211, Jul./Set. 2003

BARROSO, Luis Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

BISCH, Isabel da Cunha. O Amicus Curiae, as Tradições Jurídicas e o Controle de Constitucionalidade. Porto Alegre. Livraria do Advogado: 2010.

BUENO, Cassio Scarpinella. Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Amicus curiae no Projeto de novo Código de Processo Civil. Revista de Informação Legislativa - Brasília ano 48 n. 190 abr./jun. 2011.

_____. Novo Código de Processo Civil anotado. São Paulo: Saraiva 2015.

_____. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o amicus curiae. Publicado originalmente em Revista Nacional da Magistratura. Ano II, n. 5. Brasília: Escola

Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, maio de 2008. – <http://www.scarpinellabueno.com.br/>- acessado em 06/05/16.

CABRAL, Antônio do Passo. Pelas Asas de Hermes: a intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial: uma análise dos institutos interventivos similares – o *amicus* e o *vertreter des offentlichen interesses*. In Revista de Processo. São Paulo: RT, a.29, n.117, set-out 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume 1. 25ª edição. São Paulo. Atlas: 2014.

CARNEIRO. Paulo César Pinheiro. Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Coordenação: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer. Rio de Janeiro, Forense 2015.

DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. *Amicus curiae*: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Curitiba, Juruá: 2007.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Volume 1. Bahia: Editora Podivm, 2010.

_____. Possibilidade de Sustentação Oral do *Amicus Curiae*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo: Dialética, v.8, 2003./Direito Processual Civil. 5ª. ed. Salvador: JusPodivm, vol.1, 2005.

MEDINA, Damares. *Amicus Curiae*: Amigo da Corte ou Amigo da Parte? São Paulo: Saraiva, 2010.

MOREIRA ALVES, José Carlos. Direito Romano. Rio de Janeiro: Forense. 16. ed., 2014.

NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

OAB/RS. Novo código de processo civil anotado. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul. 2015.

OLIVEIRA, Vallisney de Souza. Constituição e Processo Civil, Editora Saraiva, São Paulo, 2008.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SOUZA, Nelson Oscar de. Manual de direito constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 2006

VIEIRA, Andréia Costa. *Civil law e common law: os dois grandes sistemas legais comparados*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris A. Fabris: 2007.

JURISPRUDÊNCIA

BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI-AgR 748/RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 18.11.1994 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADI 2321/DF da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE - DJ 10-06-2005 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADI Nº 3.311/DF - Relator Min. Celso de Melo - DJ 02.02.2001 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADI 3460 ED, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-047 - publicado em 12/03/15 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADI 2.777 - MS - Relator Min. Sydney Sanches - DJ 08/03/2002 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADI 4.071 AgR/DF - Relator Min. Menezes Direito - DJ 22/04/09 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.591-1 - Relator Min. Eros Grau - DJ 13/04/2007 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.396 Repercussão Geral - Portaria – Revogação Portaria nº 89, de 6.5.2015 - Revoga a Portaria nº 138, de 23.7.2009. Publicada no DJE/STF, n. 87, p. 1, em 12.5.2015. - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. RE 597165 AgR, Relator Min. Celso de Mello - Segunda Turma, julgado em 28/10/2014, publicado em 09/12/14 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADPF 77 MC-ED-segundos, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno - publicado em 08/05/15 - www.stf.com.br - acessado em 06/03/16

_____, _____. ADI 2415 MC, Relator Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno - DJ 20/02/04 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADPF 187, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, publicado em 29/05/14 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. ADPF 54, Relator Min. Marco Aurélio, publicado em DJ 05/10/04 - www.stf.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. Informativo publicado pelo STF de número 785 (de 11 a 15 de maio de 2015) - <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo785.htm> - acessado em 05/03/16

_____, _____. Regimento Interno do STF no §1º do art. 131 - <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf> - acessado em 05/03/16

_____, Superior Tribunal de Justiça. Medida Cautelar 9576 – RS. Número: 2005/0019257-6. Rel. Min. Luiz Fux. DJ 21/02/05 - www.stj.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. RECURSO ESPECIAL Nº 1.028.592 - RS (2008/0030559-2) em julgamento de Recurso Repetitivo, Relatora Min. Eliana Calmon - DJe 27/11/2009 - www.stj.com.br - acessado em 05/03/16

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2137241-60.2015.8.26.0000 Requerente: Associação Nacional de Restaurantes ANR Requeridos: Prefeito do Município de São Paulo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Interessada: Sociedade Vegetariana Brasileira SVB Comarca: São Paulo Voto nº 22201 – Relator Sérgio Rui - Julgado em 24/02/16 - www.tjsp.com.br - acessado em 05/03/16

_____, _____. Agravo Regimental nº 2088794-41.2015.8.26.0000/50000 Agravante: Presidente da Câmara Municipal e São Paulo Agravado: Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - Aprofem Interessados: Partido Socialismo e Liberdade - Psol - Diretorio Estadual, Partido Socialismo e Liberdade (Psol) - Diretório Municipal de São Paulo e Prefeito do Município de São Paulo Comarca: São Paulo

Voto nº 43.272OE – Relator Carlos Bueno - Julgado em 27/01/16 - www.tjsp.com.br - acessado em 05/03/16

U.S. Supreme Court. Green v. Biddle, 21 U.S. 8 Wheat. 1 1 (1823). Green v. Biddle
<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/21/1/case.html> - acessado em 06/05/16

_____.Muller v. Oregon, 208 U.S. 412 (1908) -
<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/208/412/case.html> - acessado em 06/05/16.

_____. SUPREME COURT OF DE UNITED STATES, Washington, DC 20543 -
<http://www.supremecourt.gov/ctrules/2013RulesoftheCourt.pdf> - acessado em 12/05/16

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Dispõe sobre o Código de Processo Civil - Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015 -
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm - acessado em 12/05/16

_____.Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm - acessado em 12/05/16.

_____.Lei 8.884 de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm - acessado em 12/05/16.

_____. Lei 8.906 de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm - acessado em 12/05/16

_____. Lei 9.469 de 10 de julho de 1997. Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9469.htm - acessado em 12/05/16.

_____. Lei 9.869 de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm - acessado em 12/05/16.

_____. Lei 9.882 de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9882.htm - acessado em 12/05/16

_____. Lei 11.417 de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11417.htm - acessado em 12/05/16

_____. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o Novo Código de Processo Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm - acessado em 12/05/16.

_____. Lei 41.259 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm - acessado em
12/05/16